



Esta acta foi aprovada
com 31 votos a favor,
e 4 abstenções.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 12/13-17 **SESSÃO ORDINÁRIA** **2015/06/04**

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e quinze, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H20M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD e independentes, num total de 34 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído por Ernesto João Neto Casal da Veiga.
- Antonio Manuel Alves Moreira Brás, Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, substituído por Henrique Graciano Varela Gonçalves.
- Carlos Alberto da Cunha Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, não esteve presente, cuja falta foi justificada.

O **Senhor Presidente da Mesa**, leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;



Assembleia Municipal de Caminha

b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão de 20 e 24 de abril 2015;
- c) – Regulamento do Orçamento Participativo de Caminha, o montante de 180.000,00 Euros como Orçamento Global e o Calendário para a Edição de 2015;
- d) – Abertura do Procedimento do Concurso Público Internacional para Fornecimento de Gás Propano/Natural a Granel para as Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora;
- e) – Designação dos Elementos de Júri para os Procedimentos Concurais dos Cargos Dirigentes;
- f) – Concessão de Utilização de Um Espaço Público, Destinado a Atividades Recreativas, em Vila Praia de Âncora.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve público para intervir.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:

-Convite da Paroquia de Caminha-Matriz para Solene Procissão do Corpo de Deus a realizar no dia 07 de junho, pelas 16.00horas.



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

- Ofício Câmara Municipal de Caminha a dar conhecimento da receção da moção “41.º Aniversário da Revolução de Abril/ 1.º de Maio Dia do Trabalhador”, aprovada na sessão de dia 20 de Abril de 2015.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a dar conhecimento da receção da moção “41.º Aniversário da Revolução de Abril/ 1.º de Maio Dia do Trabalhador”, aprovada na sessão de dia 20 de Abril de 2015.
- Ofício Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” a dar conhecimento da receção da moção “41.º Aniversário da Revolução de Abril/ 1.º de Maio Dia do Trabalhador”, aprovada na sessão de dia 20 de Abril de 2015, aproveitando para enviar a intervenção da Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, preferida na Assembleia da Republica, na Sessão Solene do dia 25 de Abril.
- E-mail do Senhor Deputado Jorge Fão do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a dar conhecimento das Atividades desenvolvidas em Abril / Maio 2015.
- E-mail da Inspeção Geral de Finanças, vem informar que vai iniciar dia 15 de junho de 2015 uma auditoria a este Município, inserida no projeto “Controlo do Urbanismo na Administração Local Autárquico-Norte e Centro.
- Ofício do STAL a dar conhecimento da receção da moção “41.º Aniversário da Revolução de Abril/ 1.º de Maio Dia do Trabalhador”, aprovada na sessão de dia 20 de Abril de 2015.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a dar conhecimento das perguntas colocadas pela Sra. Deputada Carla Cruz à Sra. Ministra da Agricultura e do Mar e ao Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, sobre a disponibilização de linhas de apoio aos apicultores afetados pela vespa asiática.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a dar conhecimento do Projeto de Resolução do PCP sobre a regulação de horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição.



Assembleia Municipal de Caminha

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Deputado Manuel Amial** saudou todos os presentes e disse o seguinte:

“-Praias do Concelho com Bandeira Azul:

Queria começar por me congratular pela atribuição esta época balnear do galardão da Bandeira Azul a todas as praias do nosso Concelho (Caminha, Moledo, Vila Praia de Âncora e Forte do Cão), ultrapassando assim as vicissitudes que envolveram no passado a Praia de Vila Praia de Âncora graças ao investimento que tem vindo a ser feito aos longo dos últimos anos na sua qualidade, o que é um bom augúrio para o Turismo e para o desenvolvimento do nosso Concelho. Também a recente atribuição pela QUERCUS a três praias do nosso Concelho - Caminha, Moledo e Forte do Cão - da Bandeira Oficial das Praias com Qualidade de Ouro 2015, relevando a excelente qualidade das suas águas, também é uma boa notícia que espero venha a envolver a praia de Vila Praia de Âncora no próximo ano. Para isso, há que continuar a trabalhar a nível de qualidade, da limpeza e das infraestruturas, cuidando deste bem precioso que são as nossas praias, a nossa "mina de ouro" da economia concelhia.

-Obras no Mosteiro de São João D'Arga:

Verifico que estão a decorrer a bom ritmo as obras de requalificação do Mosteiro de S. João D'Arga que visam a conservação e valorização do conjunto construído e da sua envolvente. É uma obra muito importante, dá dignidade acrescida àquele espaço e reveste-se de grande importância para a potenciação turística da Serra D'Arga e do nosso Concelho, pelo que me congratulo com o decorrer destas obras.

-Vodafone Rally de Portugal:

Permitam-me uma última consideração sobre a edição 2015 do Rally de Portugal que teve o Concelho de Caminha na sua rota.



Assembleia Municipal de Caminha

Creio que foi unanime a avaliação positiva desta edição graças a uma organização que se mostrou exemplar e que já levou a Federação Internacional do Automóvel a garantir a continuidade da prova no Norte do País em 2016.

O nosso Concelho viu-se invadido de fãs do Rally que tiveram um comportamento exemplar e que certamente teve reflexo na sua dinamização comercial.

Queria aqui felicitar a entidade promotora o Turismo do Porto e do Norte de Portugal, os Municípios envolvidos, destacando naturalmente o esforço que foi feito pelo Município de Caminha, o ACP e a FIA, pelo grande sucesso desta iniciativa que ultrapassou todas as expectativas. Foi com orgulho que vi o nosso Concelho de Caminha, com as suas paisagens espetaculares, a dar-se a conhecer ao mundo. Parabéns!"

O **Senhor Deputado Carlos Mouteira** saudou todos os presentes e disse o seguinte:

"Exmo Sr. Presidente da Câmara;

As instituições de Solidariedade Social do nosso município, que têm respostas sociais de creche e jardim-de-infância estão, como sabe, a enfrentar muitas dificuldades.

No ano letivo de 2014, que agora termina, V. Exa conseguiu a abertura de uma sala para o jardim-de-infância de Caminha a escassas dezenas de metros de outras escolas que prestam essa valência, colocando em risco postos de trabalho nessas muito antigas instituições.

Para que não fossem despedidas funcionárias dessas instituições, agravaram-se problemas numas escolas e começaram a surgir problemas de sustentabilidade noutras.

Assim, primeiro na qualidade de deputado desta assembleia, e depois como dirigente de uma IPSS, tenho a obrigação e o dever de perguntar a V.Exa., tendo em conta o que se passou em Caminha neste ano letivo que está a terminar:

Vai fechar, Vai manter, Ou vai abrir mais uma ou.... mais salas na escola pública concelhia... para concorrerem com as instituições que estão em dificuldade?



Assembleia Municipal de Caminha

Assim, ainda pergunto:

Aonde vai abrir; aonde vai fechar; ou aonde vai manter? Obrigado!"

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, e disse o seguinte:

"Mais uma vez através desta minha intervenção dirijo o mais sincero agradecimento a toda a comunidade de Vila Praia de Âncora, sem nunca esquecer os trabalhadores da Câmara Municipal de Caminha e da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos nos eventos que decorreram na Vila a que presido.

Esses eventos que eu me refiro foram:

O Presépio de Natal que teve início no final de 2014 mas esteve exposto até ao início deste ano, Entrada Triunfal em Jerusalém, a Maior Mesa da Páscoa do País, Vila Praia em Flor e a Maratona BTT e Caminhada.

Todos estes eventos que se realizam na nossa freguesia, a cada ano que passa, tem, a cada edição, vindo a ser melhorados e transformados em atrativos indispensáveis à promoção turística, tanto de Vila Praia de Âncora como do Concelho de Caminha, atraindo desta forma, mais visitantes, e consequentemente melhorar e dinamizar o nosso, tão importante, comércio local.

Isto é fruto tanto da organização, e seus respetivos colaboradores, como dos voluntários que livremente trabalham em prol da freguesia que tanto prezam.

Um trabalho que demonstra que através da colaboração e cooperação entre as instituições e comunidade local certifica, a nossa qualidade de saber fazer, acolher e receber com carinho quem nos visita e procura ano após ano.

A realização de todos estes eventos só se torna possível com os apoios financeiros do Município de Caminha e da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora.

Por esse motivo, queria deixar aqui um agradecimento muito especial em nome da minha Freguesia à Câmara Municipal, Sr. Presidente Dr. Miguel Alves, e seu



Assembleia Municipal de Caminha

restante executivo, ao grupo das Catequistas da Paroquia de Vila Praia de Âncora, ao Movimento dos Empresários do Concelho de Caminha, ao Grupo dos Amigos das Maias, ao Grupo dos Bombos de Vila Praia de Âncora, a todas as Associações e coletividades de Vila Praia de Âncora, à 1.ª Companhia de Guias, aos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, aos militares da GNR de Vila Praia de Âncora, ao Sr. Vieira, proprietário das duas lojas, que gentilmente tem cedido as suas instalações para apoio aos eventos, e mais uma vez aos trabalhadores do Município de Caminha e da Junta de Freguesia e a toda a comunidade que esteve envolvida nestas iniciativas. Porque sem este entusiasmo e colaboração seria impossível levar a "bom porto" todos estes projetos, honrando desta forma, a sua terra e quem ela preside.

Este ano teremos mais um motivo de orgulho para a nossa freguesia pois iremos ter a Bandeira Azul hasteada na nossa praia, fruto de um trabalho iniciado com o executivo anterior que presidiu este Município, e com os melhoramentos que foram efetuados com o executivo atual.

Reconheço que uma das principais preocupações do Sr. Presidente da Câmara e do Vice-presidente quando tomaram posse neste mandato foi reunirem comigo para lhes transmitir todas as informações, que ao longo destes anos, recolhi sobre os problemas de poluição rio Âncora.

Foi com esta informação prestada que o município melhorou algumas situações inerentes à despoluição do rio, posso referir as mais importantes:

- como a melhoria dos mecanismos de abertura e fecho das comportas dos poços de bombagem, assim como a própria bombagem;
- e a pressão feita junta da Empresa Águas do Noroeste para que executassem uma obra, importantíssima, que foi a reformulação do poço de chegada do saneamento da nossa vila e da união das freguesias de Moledo e Cristelo que estava completamente podre e drenava para o rio.

Este poço a que me refiro tem perto de 6m de profundidade.

Esses trabalhos foram realizados custando muitos milhares de euros às Águas do Noroeste.



Assembleia Municipal de Caminha

Eu como presidente de Junta de Freguesia assim como o restante executivo e todos os Ancorenses não podíamos deixar passar esta oportunidade para agradecer ao Município de Caminha, à Empresa Águas do Noroeste e a uma pessoa muito importante que também teve um papel bastante ativo nesta conquista. Trata-se do Sr. Capitão do Porto de Caminha, homem sempre disponível na resolução de qualquer problema relacionado com a sua área.”

O **Senhor Deputado Hugo Martins** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:

“O Programa Bandeira Azul da Europa define as condições a que deve obedecer a conceção da Bandeira Azul da Europa atribuída às praias que cumpram um conjunto de critérios relacionados, designadamente, com a educação ambiental, a qualidade da água, a gestão ambiental e dos equipamentos e com a segurança e serviços de apoio às praias.

O processo de decisão assenta na verificação pela Associação Bandeira Azul da Europa, em consonância com os princípios orientadores emanados pela Agência Portuguesa do Ambiente, de um largo conjunto de requisitos que cabe às câmaras municipais garantirem, nomeadamente:

1. A realização de atividades de Educação Ambiental.
2. A afixação de informação sobre a qualidade da água balnear.
3. A existência de um mapa indicativo das diversas instalações e equipamentos na praia.
4. O cumprimento de todas as normas e legislação sobre a Qualidade das Águas Balneares.
5. Garantia de que as eventuais descargas de águas residuais industriais ou urbanas não afetam a qualidade da água.
6. A existência de um Plano de Ordenamento da praia e a garantia da manutenção praia limpa.



Assembleia Municipal de Caminha

7. A existência de equipamentos para recolha seletiva das embalagens de plástico, vidro, latas e papel.

8. A existência de instalações sanitárias em número suficiente e em boas condições de higiene.

9. A existência de nadadores-salvadores e de serviço de primeiros socorros.

O facto de as candidaturas terem sido aprovadas significa que as praias do município de Caminha reúnem todos os requisitos exigidos pelo Programa da Bandeira Azul da Europa e têm as condições de excelência e bem-estar que plenamente reconhecidas.

Por isso queria em nome da Bancada do Partido Socialista e em meu nome pessoal e como deputado municipal eleito pelo Partido Socialista dar os parabéns à Câmara Municipal pelo excelente resultado desenvolvido que merece a nossa particular atenção e queria realçar:

a) Nesta época balnear, aconteceu um facto único e mesmo histórico: as quatro praias do município, designadamente: Caminha, Moledo, Vila Praia de Âncora e Forte do Cão, vão exibir a "Bandeira Azul da Europa";

b) Também, nesta época balnear, as praias de Caminha, Moledo, Forte do Cão, vão exibir o galardão de "Praia com Qualidade de Ouro 2015" atribuído pela QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza, por, nos últimos anos, terem apresentado resultados excelentes em termos de qualidade da água o que significa que cumpriram todos os requisitos exigidos pela Diretiva da União Europeia relativa às águas balneares.

c) A praia de Vila Praia de Âncora continuará a exibir a bandeira de "Praia Acessível" o que significa que continuará a ser uma praia sem obstáculos para as pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada e que haverá lugares de estacionamento para deficientes e cadeiras de rodas anfíbias, passadeiras e rampas de acesso à praia aos restaurantes e demais equipamentos turísticos.

As razões de satisfação são ainda mais justificadas porque, desde 2011, a praia de Vila Praia de Âncora não via hasteada a Bandeira Azul da Europa, porque os candidatos do Partido Socialista se comprometeram a tudo fazer no sentido de



Assembleia Municipal de Caminha

alcançar esse objetivo, e cumpriram a promessa feita, e porque Câmara Municipal de Caminha andou muito bem ao estudar os regulamentos e condições de apresentação da candidatura, ao apresentar o dossiê com todos os elementos necessários e ao defender a candidatura da forma competente como o fez.

Este sucesso agrada ao município e à população em geral, representa uma promoção efetiva do nosso município, concorre para o aumento de mais visitantes e permite melhorar as condições turísticas, económicas e de empregabilidade do nosso município.

Sabendo-se que o sucesso exige saber, competência, conjugação de vontades e muita força percebe-se, agora, porque não razão não se conseguiram melhores resultados durante a gestão do PSD.

Estou em crer que durante o consulado do PSD havia muito aparato, muito fausto, muito folclore mas, o que é de lamentar, muita inércia, muita inoperância e muita falta de ambição.

Talvez por isso "muitos não acreditavam", e quando falo em muitos quero significar, particularmente, as gentes do PSD que não tiveram a competência nem a vontade real de lutar para que este conjunto de galardões fosse possível.

Fica agora plenamente demonstrado que o executivo liderado pelo Sr. Presidente Miguel Alves está a cumprir o que prometeu e que está acompanhado de gente competente.

Queria deixar uma palavra de apreço pelo trabalho desenvolvido, particularmente, pelo Vereador Guilherme Lagido, que tanto se empenhou neste processo e também está de parabéns.

A "Praia das Crianças" como tão justamente é conhecida vai orgulhar-se de ver hasteadas as bandeiras que significam que tem excecionais condições ambientais e de acessibilidade.

Para aqueles que desvalorizam este sucesso, não posso deixar de repetir que para haver bandeira azul em Vila Praia de Âncora muito se fez e a Associação da Bandeira Azul da Europa compreendeu que existia uma mudança real de condições e de procedimentos.



Assembleia Municipal de Caminha

Em resultado destas alterações qualitativas espera-se:

- a) Um acréscimo de pessoas que visitam a nossa terra e uma maior procura das nossas unidades hoteleiras e de restauração;
- b) O crescimento das atividades comerciais e hoteleiras, impulsionadas pelo acréscimo da procura turística a nível interno e externo;

Para mim e para aqueles que sentem a nossa terra como eu, podemos dizer que o município de Caminha apresenta hoje as melhores praias do mundo.

O Partido Socialista vai continuar a lutar para assegurar a Bandeira Azul em Vila Praia de Âncora nos próximos anos, esperando que estes sinais de qualidade signifiquem mais investimento, mais emprego e coesão social para os naturais e residentes e mais qualidade de vida para a todos aqueles que, nos momentos de férias e de lazer, nos visitam.”

O **Senhora Deputada Fernanda Viana** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:

“Na última semana de Maio, o Concelho de Caminha assinalou a 9.^a Semana dos Direitos da Criança, uma iniciativa da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha, apoiada pelo Município, marcada pela diversidade de atividades levadas a cabo, nomeadamente exposições, tertúlias e conferências, que tiveram como temática transversal os afetos, fundamentais para o crescimento saudável de qualquer criança.

Esta semana educativa e lúdica culminou no dia 1 de Junho com a Festa do Dia da Criança, em Vilar de Mouros, onde as crianças dos jardins infantis e escolas do primeiro ciclo do nosso concelho tiveram a oportunidade de conviver durante um dia inteiro, e assistir ao Teatro de Fantoques «O Capuchinho Vermelho», dinamizado pela Oficina Sentir Arte da Escola Básica de Vila Praia de Âncora, frequentada por um grupo de crianças com Necessidades Educativas Especiais, e



Assembleia Municipal de Caminha

que significou um estímulo para a ultrapassagem de barreiras e afirmação desse grupo de crianças na sua escola.

Precisamente, a Declaração dos Direitos da Criança sublinha a responsabilidade das autoridades locais no reconhecimento destes direitos, e o seu empenho na sua observância, nomeadamente na implementação de medidas que estejam ao seu alcance para que todas as crianças tenham igualdade de oportunidades no acesso à educação.

Nesse sentido, a Câmara Municipal de Caminha atribuiu um subsídio de transporte aos alunos do ensino secundário que frequentam a escola Sidónio Pais. A justificação para a atribuição deste subsídio prende-se com o facto de os alunos do 12.º ano não serem apoiados pelo Ministério da Educação no transporte para a escola, apesar do ensino ser obrigatório durante 12 anos de escolaridade.

A igualdade de oportunidades no acesso à educação também tem de ser materializada nas melhores condições de segurança, conforto e bem-estar.

Com esse intuito, a Escola Básica de Lage, Âncora, foi alvo de obras de beneficiação, e a EB1 de Loução em Venade foi remodelada, correspondendo às diretrizes da Direção Geral dos Estabelecimentos de Ensino, de modo a albergar neste ano letivo também os meninos do Jardim de Infância do Socorro, da mesma localidade, impedindo-se assim que as crianças entre os 3 e os 5 anos tivessem de se deslocar para Moledo, e salvaguardando-se os seus melhores interesses, neste caso, o de crescer num meio que lhes é familiar.

Na Declaração dos Direitos da Criança estabelece-se também a retaguarda que as crianças necessitam para brincar e divertir-se em ambiente extraescolar, sobretudo nos seus momentos de lazer. É cada vez mais difícil aos pais conciliar as suas férias com as dos seus filhos. Os tempos difíceis que atravessamos têm levado a que as pessoas trabalhadoras tenham muitas vezes que assegurar um posto de trabalho através da renúncia de alguns direitos, nomeadamente a escolha dos dias em que podem gozar as suas férias. Não só os pais das crianças, como até avós ou outras pessoas que muitas vezes cuidavam das crianças nas suas férias de verão.



Assembleia Municipal de Caminha

Consciente desta situação, e sensibilizada para esta problemática, a Câmara Municipal de Caminha, em parceria com o Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, criou o ATL «Férias de Verão», dirigido às crianças do pré-escolar e 1.º ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, e que vai decorrer de 15 de junho até ao início do próximo ano letivo. Este ATL inclui praia, piscina, cinema, oficinas de expressão plástica, pedagogia ambiental, desporto e visitas lúdicas, atividades que vão marcar as férias dos alunos no concelho. A maior e principal novidade deste ATL é o facto de pela primeira vez funcionar no mês de agosto, de maneira a ajudar as famílias a colmatar essa lacuna, uma fonte de preocupação para este executivo, que muito me apraz reconhecer.”

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:

“O Concelho de Caminha, como espaço dotado de mar e serra, tem os ingredientes necessários para desenvolver o turismo e o desporto e, combina-los de uma forma impar e singular.

Nas últimas semanas foi exemplo disso a realização do Rally de Portugal e ainda do III Triatlo Longo de Caminha.

Falar do Rally de Portugal é falar da grande vitória do Norte de Portugal que, contra tudo e contra todos, conseguiu fazer com que este evento regressasse às suas origens.

O nosso concelho foi um dos grandes anfitriões desta festa, volvidas que foram mais de três décadas sem que o mais importante Evento Mundial da especialidade aqui se tivesse realizado.

A Câmara Municipal de Caminha está de parabéns por, em boa hora, ter agarrado mais esta oportunidade de grande impacto no nosso concelho, desde logo pela mediatização à escala universal que este acontecimento teve.



Assembleia Municipal de Caminha

E isto, mesmo contra a vontade do PSD de Caminha, que desde a primeira hora esteve contra a realização do Rally no nosso concelho, arrazoando argumentos que não disfarçaram o incómodo por a Câmara Municipal ter logrado maior êxito para o nosso Concelho.

De resto, reconhece-se a coerência da atitude do PSD de Caminha, porque vem na linha política do Governo de Portugal, por sinal, também do PSD, que retirou pela primeira vez a ajuda financeira de 1.000.000 € que concedia a esta prova quando se realizou nos anos anteriores no Algarve, não atribuindo um cêntimo que fosse para esta edição que se realizou no norte, que é, aliás, a verdadeira capital dos Rallys em Portugal.

Não obstante todos os entraves, todos os obstáculos, todas as dificuldades artificialmente criadas, a verdade é que o Rally se realizou numa boa parte no nosso concelho de Caminha, que dessa forma foi divulgado, falado e projetado pelo mundo inteiro.

Todos nós sentimos a dinâmica, o fulgor, a alegria que invadiu as freguesias do nosso concelho, que começou bem cedo, ainda nos dias que antecederam a prova. Fomos durante toda aquela semana o centro das atenções de todo o país e de todos os entusiastas do desporto automóvel, aquém e além fronteiras.

Outra das grandes expectativas para o Rally a norte era capacidade de atração de público de outros países europeus, nomeadamente, espanhol e francês, o que efetivamente se logrou alcançar.

Imagens do nosso concelho foram visualizadas por mais de 800 milhões de espectadores por todo o mundo.

A verdade é que, contra a vontade de muitos, o Rally de Portugal foi um verdadeiro sucesso cultural, desportivo e económico tendo o nosso Concelho lucrado com a excelência do evento que contou também com a colaboração do tecido empresarial de Caminha.

O Rally traduziu-se num evento com um forte impacto na economia local, que não ficará reduzido aos dias em que a prova por aqui decorreu, mas que terá certamente reflexos muito positivos no futuro.



Assembleia Municipal de Caminha

Mas, a nível desportivo o nosso Concelho foi também o anfitrião do III Triatlo Longo de Caminha. Uma prova que contou com mais de 300 participantes, de várias nacionalidades.

Com a realização desta prova no nosso Concelho, divulgámos não só a prática desportiva, mas acima de tudo divulgámos a nossa terra.

Este foi mais um evento de sucesso, de qualidade que promoveu o Concelho, promoveu o turismo e dinamizou a economia local.

Como se vê a aposta no Rally de Portugal e no Triatlo Longo elevou o nome de Caminha dignificando o nosso concelho e as nossas gentes. Estamos todos de parabéns por isso, mas sobretudo a Câmara Municipal que teve a arte e o engenho de atrair, receber e coorganizar estes eventos.

Contudo, a prática desportiva não foi a única aposta do Executivo.

Em Vila Praia de Âncora tivemos mais uma edição do Vila Praia em Flôr.

Um acontecimento, que ano após ano tem vindo a ser melhorado.

A Vila voltou a transformar-se num grande jardim, recheada de encanto, com aromas únicos.

Nesta edição, a organização apostou num programa de animação variado a cargo das associações, coletividades, instituições e grupos do Concelho, o que é bem demonstrativo da sua dinâmica. Essa foi uma das grandes marcas desta edição.

Realço aqui também o belíssimo momento musical com que fomos presenteados com o Grupo Dealema, um jovem grupo musical que encanta as novas gerações, e não só, e que abrilhantou de forma excecional a edição do Vila Praia em Flor.

O Partido Socialista felicita todos os Ancorenses que de uma forma ou de outra contribuíram para embelezar, ainda mais, as ruas da nossa linda Vila Praia de Âncora.

Também não posso deixar de lembrar o evento que ocorreu no lado de lá da margem do Rio Minho, em A Guarda, com a realização do A Guarda Doce, onde pastelarias e confeitarias do nosso Concelho tiveram a oportunidade de levar a nossa doçaria aos nossos vizinhos espanhóis. Assim, promovemos a nossa

[Handwritten signature]



Assembleia Municipal de Caminha

cultura, a nossa terra, a nossa gastronomia, mas acima de tudo promovemos a marca Caminha e reforçamos os laços que nos unem ao povo da Galiza.

Caras e Caros Munícipes,

O Executivo, liderado pelo Presidente Miguel Alves, qualificou de forma inegável os eventos culturais e desportivos que se realizaram no nosso concelho.

Finalmente somos capas de Jornais, somos alvo de notícias na TV, somos elogiados, e somos invejados... pela positiva.

Todos vemos o esforço e todos reconhecemos o forte empenho do Executivo em dignificar o concelho e de o colocar no centro das atenções.

É verdade que a fasquia está colocada a um nível muito elevado, mas estou certo que o bom trabalho que se vem desenvolvendo irá trazer-nos ainda maiores e mais entusiásticas novidades.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seixas, Rui Ramalhosa, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes caminhenses e Seixenses em particular e a Comunicação Social, e disse que:

“Estou aqui como Presidente da Freguesia de Seixas, com a finalidade de informar da atividade na nossa freguesia, principalmente aos Seixenses, mas também a todos os munícipes do nosso concelho.

Muito se tem feito neste ano e meio de trabalho à frente dos destinos da nossa freguesia, agradecendo-lhe, Senhor Presidente, em nome da população de Seixas, todo o empenho nos melhoramentos efetuados e, principalmente, na colaboração prestada ao nosso executivo, logo à população Seixense.

Com a construção da Ecovia Seixas-Lanhelas estamos, também, a melhorar o espaço ajardinado da marginal, também estamos a recondicionar todo o Lugar de São Sebastião e estamos a melhorar a zona de lazer da Boalheira. Recolocar o parque infantil, construir um espaço desportivo e de lazer, melhorará a marginal e



Assembleia Municipal de Caminha

dará uma ocupação de qualidade à juventude de seixas. Iremos melhorar a relva existente e a sua rega.

Com isto, Senhor Presidente, estaremos em condições de organizar. A I FESTA DO RIO. Será a festa mostra do peixe e das artes do nosso rio, criando um elo de ligação com os pescadores da vizinha Galiza. Haverá gastronomia, artesanato, cultura e diversão. Iremos dinamizar este belo espaço, a marginal da nossa freguesia. Será uma grande homenagem ao Pescador.

Senhor Presidente, a população de Seixas pede-lhe a ligação da marginal às Pedras Ruivas e a Ecovia Seixas-Caminha.

Passo a enumerar a relação dos Trabalhos efetuados:

Obras efetuadas neste mandato da Junta com a colaboração da Câmara Municipal:
Ainda em finais de 2013

1. Suporte de terras da Rua da Boalheira.
2. Reposição de piso à volta do chafariz do largo de São Bento

Durante o ano de 2014

3. Reposição em Béton design do piso no Largo de São Bento.
4. Reparação da plataforma no cais de São Sebastião.
5. Reparação da marginal, fortemente danificado pelos temporais.
6. Repavimentação do piso e do estacionamento no Cais de São Sebastião.
7. Reparação das águas pluviais no Bairro Social de Coura.
8. Criação do arboreto do Feital.
9. Limpeza da floresta e caminhos florestais.
10. Pintura do edifício da Junta de Freguesia.
11. Renovação do piso na Rua da Mela.
12. Substituição da rede de água e renovação do piso na rua da renda.
13. Calçetamento da travessa do Montinho.
14. Pintura e arranjo do cemitério.
15. Passagem de nível com guarda efetuado pela Refer junto ao cemitério
16. Colaboração no abate de 22 ninhos de vespa asiática em Seixas.



Assembleia Municipal de Caminha

17. Início do alargamento na Rua da Cabreira, repavimentação, e renovação da rede de água.

18. Abate de eucaliptos na casa Ventura Terra.

19. Abate de pinheiro na escola de coura.

20. Lavagem do Adro da Igreja e dos muros. (Piso e muros).

21. Isenção da taxa camarária das barracas dos pescadores.

22. Limpeza de acessos a barracas e valado da Refer.

23. Preparação de projeto para viveiro de peixe na marginal.

24. Colaboração com RSI e CLDS+ da Câmara Municipal na ajuda a famílias carenciadas.

25. Colaboração para incentivo de criação de escolinha de futebol.

Já este ano de 2015

26. Início das obras da Ecovia Seixas-Lanhelas.

27. Alargamento e repavimentação da Rua da Cabreira com renovação da rede de água.

28. Renovação do tanque do Castanhal.

29. Alargamento e corte de árvores na curva da Rua do Castanhal.

30. Arranjo de linha d'água pública de Barreiros ao tanque de cima.

Este foi o início do nosso mandato com muita dedicação e muito trabalho. Queremos mais e melhor, pelo que continuaremos a trabalhar com muito afinho."

O **Senhor Deputado Rui Taxa** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e disse que:

"O Rally de Portugal foi um êxito absoluto, não só porque Carlos Barbosa - Presidente do ACP e da Comissão FIA WRC - e Pedro de Almeida - Diretor da Prova - voltaram a colocar a prova no Norte do País, com uma organização exemplar a nível desportivo e de segurança, mas acima de tudo, porque esse êxito se deve ao público português que deu ao mundo uma lição de civismo e bom



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

comportamento, contribuindo desta forma para que o Rally de Portugal tenha nos próximos quatro anos a garantia da sua realização nas nossas florestas minhotas. Os Portugueses ouviram a mensagem, perceberam o que estava em jogo, e mostraram a tudo e a todos como as coisas se devem fazer para serem um êxito. Eram altas as expectativas que o Município de Caminha colocou na passagem do Rally pelo nosso Concelho. Foi prometido pelo Sr. Presidente da Câmara que a realização deste evento traria ao Concelho de Caminha, nas suas palavras entre 50 a 100 mil pessoas.

Evidenciamos o esforço e empenho dos comerciantes na realização de um Sunset no centro da Vila de Caminha, para capitalizar esta massiva vinda de visitantes.

E embora os comerciantes caminhenses se tenham mobilizado e financiado a custas próprias, para ajudar na realização deste evento, a verdade, é que o Município de Caminha não soube cumprir a sua parte e o público faltou. Comercialmente esta sexta-feira do dia 22 de Maio foi um fracasso total, com diversos comerciantes a terem ao fim do dia um apuro de caixa próximo do zero Euros.

Embora o Município tenha gasto a quantia de 150 mil Euros no arranjo de estradões, tenha gasto 150 mil Euros numa Zona VIP, e 6 mil Euros na promoção do Rally com o piloto Fernando Peres, a verdade é que o retorno imediato para o Concelho de Caminha, foi nulo.

A Vila de Caminha viu o Rally passar e mais nada. Euros a entrar na economia local, nada!

A verdade é que não basta esta facilidade inata em debitar números, esta capacidade demagógica e bem-falante, de tudo prometer, e acima de tudo de propagandear falsas expectativas!

Para haver um retorno financeiro para a nossa economia local, o Rally teria de ter uma paragem em Caminha. E a verdade é que o Sr. Presidente não teve essa capacidade!

E não vale a pena dizer que seria impossível, pois na impossibilidade de conseguir para o Concelho a partida ou um fim de etapa - esse privilégio fica para Matosinhos



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

- poderia sempre ter lutado e ter-se esforçado e ter apostado para que o Rally parasse em Caminha no fim da 1.ª ronda da etapa minhota, a fim de prestar a devida assistência técnica aos automóveis, antes de se iniciar a 2.ª ronda.

Impossível?

Não há impossíveis. Tudo depende de quem e como negocia.

A uma opção política de investir cerca de 300 mil euros neste evento em detrimento de outros, ou de outros apoios que são negados, porque alegadamente não há meios ou verbas, obrigaria a um outro empenho e negociação!

Obrigaria à obtenção de um retorno para a economia local que não aconteceu.

O Sr. Presidente alegando falta de meios financeiros, encurta para 4 dias eventos que já são um sucesso, como a Festa da Sardinha e a Feira Medieval. Encurta eventos que trazem turismo e visitantes em grande número ao Concelho e que dinamizam efetivamente a economia local em detrimento de outros que, pelo menos nesta forma e assim negociados, face ao valor avultado de investimento, não têm o retorno que seria exigível!

Se de uma vez por todas o Senhor Presidente entendesse que os eventos, alguns com mais de 10 anos de existência, não são do partido A ou B, são da população do Concelho de Caminha, dos comerciantes, que os acarinhou, que os potenciou que investiu também neles, talvez V. Exa. tivesse um sentido mais elevado de governar, não em função de partidos mas em função dos interesses do Concelho e da população!

Sem em vez de se procurar a autopromoção, se colocar a promoção do Concelho de Caminha em 1.º lugar, utilizando argumentos válidos e sólidos, poderemos sim vir a ter aqui, no Concelho um Sunset que muito poderá beneficiar a sua população!

Esta seria a nossa forte aposta se fôssemos poder. Mas como não somos, e como o que queremos é sempre o melhor para o Concelho de Caminha, aqui deixamos a sugestão para ser devidamente aproveitada se assim o desejarem."



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Liliana Gomes** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Múncipes e a Comunicação Social, e disse que:

“Como deputada da Assembleia há quase 7 anos e como moradora na freguesia de Âncora, na qual resido, ouvi algumas afirmações proferidas na última assembleia, que me merecem dois comentários: Desagrado e lamento!

Desagrado pela desonestidade política e lamento pela atitude pouco democrática de querer desvalorizar e branquear o trabalho dos consecutivos executivos da Junta de Freguesia, eleitos democraticamente e consecutivamente durante cerca de 32 anos, aliás num tempo em que coincidentemente quem liderava os destinos do Concelho à frente do executivo da Câmara Municipal era o Partido Socialista! Na ânsia de atacar tudo e todos e sem qualquer tipo de respeito pela população da freguesia de Âncora e pelo princípio democrático de quem escolhe e elege, não um ou dois mandatos, mas de quem escolhe e elege durante oito mandatos, esqueceram-se V. Exas., que o então Presidente da Junta poderia sempre ter dito, e reiterar o que V. Exas., agora não se cansam de repetir: que não fazem porque não têm dinheiro!

Foi aqui insinuado de forma ardilosa e mentirosa que, e cito: " A freguesia de Âncora, esteve sensivelmente esquecida 30 anos"!

Ora, é inequivocamente falsa esta afirmação. Chega a ser caricato "lembrar" a alguns dos meus ilustres colegas, membros desta Assembleia: Quem executou, alargou e pavimentou as ruas que dão acesso às suas casas? Terá sido este executivo? Seguramente que não!

A freguesia de Âncora, porta de entrada do Município, cresceu e foi-se desenvolvendo durante cerca de 30 anos realizando-se obras, muitas de valor significativo e estruturante, conforme as necessidades!

Terei de citar algumas, pois V. Exas., parecem não querer lembrar:

-Reabilitação da ETAR da Gelfa



Assembleia Municipal de Caminha

-Reforço da eletricidade à população de Âncora, Vila Praia de Âncora, Riba e Âncora...

-Construção de subestações de Bombagem de Saneamento com o intuito de beneficiar não só a freguesia de Âncora, mas também Vila Praia de Âncora, pois esta obra ajudou a solucionar o problema principalmente existente no verão.

-A construção de tanques, devidamente localizados, para o reforço de águas ao domicílio com ligação da água que vem de Touvedo, Ponte da Barca, ficando assim também solucionado o problema das águas.

-Construção do Infantário e obras de reabilitação feitas com o decorrer dos anos, de maneira a não se degradar o espaço.

-Construção da Sede da Junta.

- Abertura e pavimentação de mais de uma dezena de ruas.

Ora, se com esta simples descrição, pois estas foram apenas algumas das obras, muitas mais havia para citar, se demonstra e desmente aquela afirmação, repito e reitero que na ânsia de atacar os anteriores executivos, V. Exas., estão pura e simplesmente a atacar, o próprio Partido Socialista, e os sucessivos executivos do vosso partido, que governaram por cerca de 25 anos, pois estas obras foram opções políticas da vossa gestão à frente da Câmara. Portanto, V. Exas., estão a desvalorizar o vosso próprio trabalho!

Mas esta, é infelizmente uma postura e atitude habitual da vossa parte e começa a não nos espantar, a vossa falta de honestidade política!

V. Exas., não querem só branquear o trabalho dos executivos anteriores da Junta de Freguesia de Âncora, querem também branquear e até denegrir o trabalho e o mérito do executivo anterior da Câmara eleito pelo PSD.

Para além do processo torto da Zona Industrial que o anterior executivo herdou, e que em vez de se queixar, resolveu e endireitou, os Senhores nem falam no investimento Municipal e da Junta de Freguesia de mais de dois milhões de euros, na freguesia de Âncora, como: Obra de Campo Relvado (Ancorense), Praia da Gelfa e Saneamento- 1.ª Fase (Aspra -Viso- Currais).



Assembleia Municipal de Caminha

E quando aqui ouço elogios e parabéns sobre a "intervenção de grande envergadura na mata da Gelfa", Espanta-me! Pois, como a dona da obra e quem fez a intervenção foi o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, mais uma vez, V. Exas. estão a iludir a faltar á verdade para com os Âncorenses e a branquear o autor da execução, que é o Estado e o Governo!

Eu também fico contente e elogio a intervenção, mas digo a verdade!

Aliás para este executivo que entrou em funções há quase 3 anos, e nada fez senão dar continuidade, e bem, aos projetos que lhes deixaram, a atitude é muito simples:

-Está Mal? A culpa é dos outros: ou dos anteriores executivos do PSD sejam da Câmara ou das Juntas, ou do governo!

- Está Bem? Fomos nós, mesmo não sendo!

Será esta a atitude democrática que nos prometeram?

Se este exemplo não chegasse, bastar-me-ia citar mais um, desta feita, na freguesia que me viu crescer, Vila Praia de Âncora.

Também nós nos congratulamos e fico muito satisfeita com a abertura do "Espaço Cidadão", mas mais uma vez perguntamos:

- Quem fez as melhorias na central de Camionagem, que estavam num estado deplorável, onde se vai implementar esse Espaço?

- Quem instalou e potenciou todos os meios, nomeadamente fibra ótica e internet, para que tal projeto reunisse condições e fosse viável? O anterior executivo!

Quem deferiu que ali se instalasse tal valência? O Governo!

Mas, meus amigos, se estas posturas são lamentáveis do ponto de vista do exercício da democracia, verdadeiramente chocante e lamentável, é que aqui neste órgão se controle o livre e democrático exercício do voto e depois, em sede de Assembleia de Freguesia, membros que para além de estarem eleitos, exercem cargos de confiança política, questionem e confrontem nesse órgão, o sentido de votação nesta Assembleia!

O controlo do sentido de voto e o condicionamento são um verdadeiro atentado à liberdade e à democracia que não podemos aceitar e que temos de denunciar!



Assembleia Municipal de Caminha

É esta a liberdade e o respeito democrático no Concelho de Caminha?

Fica a reflexão....”

A **Senhora Deputada Paula Aldeia** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que, face a tudo aquilo que foi dito nesta sessão, não podia deixar de referir duas situações. E dirigindo-se à Senhora Deputada Liliana Gomes, disse que, quando falou em “ansia de atacar e insinuações ardilosas e mentirosas”, o que lhe parece é que a Senhora Deputada não deve ter estado atenta, uma vez que quem utiliza esse tipo de expressões não é de certeza a bancada do Partido Socialista, nem tão pouco os seus membros.

Dirigindo-se também ao Senhor Deputado Rui Taxa, disse que provavelmente deve viver em concelhos diferentes, porque quando afirma que o Rally foi um fiasco, que as pessoas que vieram foram poucas, pensa que o Senhor Deputado não esteve no mesmo Concelho.

Disse ainda ao Senhor Deputado Rui Taxa que na última Assembleia Municipal foi proferido por ele a expressão narrativa socialista, referindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Miguel Alves e à forma de dirigir o seu Concelho, o que lamenta, porque utilizam este órgão como de um palco se tratasse ao proferirem algumas expressões que considera graves, o que em bono da verdade considera que este é o único local aonde conseguem ainda ter alguma expressão.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:

“Na semana de vinte e cinco a vinte e nove do mês de Maio e dia um de Junho do ano de dois mil e quinze, os Direitos da Criança estiveram em destaque no concelho de Caminha, com atividades diferenciadas (Exposições, Segurança



Assembleia Municipal de Caminha

Infantil, Tertúlia, Workshop, Conferência, Presidente de Câmara por um dia, Concerto) dirigidas às crianças e às famílias, tendo como grande objetivo despertar as consciências para os afetos, para a inclusão e para o direito à diferença.

Em nome da bancada do Partido Soda! Democrata com assento nesta Assembleia, endereço saudações muito especiais a todas as crianças e jovens, a todos os Senhores Professores, Educadores, Auxiliares, a todas as Instituições de Ensino, Jardins-de-infância e Creches.

Uma saudação muito especial a todos quanto colaboraram, quer individualmente quer coletivamente, no apoio prestado a todas as crianças do Concelho de Caminha.

Por fim, louvar e reconhecer todo o trabalho que foi e tem sido desenvolvido pela CPCJ de Caminha, quer pela Comissão restrita, quer pela comissão alargada, na pessoa da sua Presidente a Doutora Patrícia Gomes.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa** fez a seguinte Declaração Política e de seguida apresentou um Requerimento à mesa:

“A última Assembleia Municipal realizada em 20 de Abril, e a sua continuação em 24 de Abril, são o espelho da postura política pouco séria, do atual Executivo Socialista da Câmara de Caminha.

Postura política que deve e tem de ser denunciada.

Já aqui em anteriores Assembleias Municipais, tive oportunidade de denunciar a falta de maturidade política deste Executivo.

Cheguei mesmo a retirar a minha confiança política a este Executivo Socialista, referindo-me à confiança na competência e no mérito para o desempenho do cargo.

Acrescento que a confiança, independentemente do desacordo das soluções, baseia-se em reconhecer mérito e, fundamentalmente, verdade e seriedade na política que se desenvolve no cargo que se desempenha.

Na última Assembleia Municipal, assistimos a tudo, menos à verdade e seriedade política.



Assembleia Municipal de Caminha

Este Executivo não admitiu que não falou verdade quando apresentou um documento de prestação de contas diferente em Reunião de Câmara e na Assembleia Municipal.

Mais grave é podermos comprovar através das declarações prestadas e devidamente registadas, bem como cópias das Reuniões Camarárias, e das palavras do Sr. Vice-Presidente, que as suas afirmações desmentem o Sr. Presidente Miguel Alves e que afinal nós tínhamos razão:

- 1- Não havia na Reunião de Câmara um documento original e devidamente autenticado;
- 2- Não foi exibido em qualquer momento;
- 3- O documento aprovado em sede de Reunião de Câmara não era o mesmo documento apreciado e aprovado em sede de Assembleia Municipal;
- 4- O Sr. Vice-Presidente tinha conhecimento de que as fls. 117 e 118 não tinham o mesmo conteúdo!
- 5- O Sr. Vice- Presidente tinha conhecimento de envios posteriores que não chegaram a acontecer e mesmo assim, aqui neste órgão mantiveram a postura de: nada sei, nada digo, nada faço!

É pois tempo de denunciar este alarmante estado de desrespeito a que chegámos e somos votados.

Caminha tem um sério problema de falta de credibilidade política que urge resolver! Para além de ser vítima de si próprio e das caricatas situações que cria, este Executivo evidencia, repito uma enorme falta de respeito por este órgão que detém competências de fiscalização, constantemente postas em causa com estas formas de atuação.

Eventualmente porque já se apercebeu que as Assembleias Municipais não lhes estão a correr favoravelmente e transmitem fragilidades de inoperância e incapacidades evidentes.

Como não podem deixar de as transmitir pela Internet - o que seria um escândalo - nem apagar os gestos e trejeitos pouco próprios e democráticos, começaram a



Assembleia Municipal de Caminha

convocá-las para dias de semana pouco habituais e pouco convidativos a assistência, pois no dia seguinte é dia de trabalho!

Não obstante o entendimento da sua realização às sextas-feiras, começam a ser sistemáticas as alterações sem qualquer aviso ou concertação com as bancadas, e a sua marcação em dias de semana ou próximas de datas pouco próprias. Começou na Assembleia Municipal de Dezembro de 2014 realizada em Vila Praia de Âncora, em coincidência com vários eventos natalícios, a Assembleia de Abril de 2015 foi convocada para uma segunda-feira, dia de semana e esta de hoje, para uma quinta-feira, também dia de semana e mesmo encostada às festas de Corpo de Deus, quando tudo e todos estão ocupados na preparação destas festas.

O hábito regular das sextas-feiras deu lugar ao agora, não se sabe quando serão. Para quem se diz grande arauto/paladinos da Democracia, do Diálogo e da Transparência, esta forma de atuar é no mínimo estranha, ou talvez não!

Talvez o velho ditado popular se aplique na perfeição à atuação do atual executivo: Julgas os outros por aquilo que és!"

De Seguida o Senhor Deputado Rui taxa, leu o requerimento:

"Ex. mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Caminha

Vem por este meio o Grupo do PSD desta Assembleia Municipal solicitar a V. Exa. que nos seja entregue com a brevidade possível, cópia autenticada do documento original da Prestação de Contas de 2014, enviada ao Tribunal de Contas.

Requeremos ainda que seja dado conhecimento a este Órgão de todos os Ofícios e solicitações que o Tribunal de Contas vier a fazer relativamente a este documento."

O **Senhor Presidente da Mesa**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se iria usar da palavra, e o Senhor Presidente respondeu que sim.

O **Senhor Deputado José Luis Lima**, interrompeu o Senhor Presidente da Mesa e solicitou o uso da palavra para defesa da honra.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que lhe daria a palavra após a intervenção do Senhor Presidente da Câmara.

O **Senhor Deputado José Luis Lima**, disse que era um direito que tinha e se o Senhor Presidente da Mesa lhe estaria a negar esse direito.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que a defesa da honra não tem prioridade sobre as intervenções agendadas, pelo que deve aguardar.

O **Senhor Presidente da Câmara**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que este debate antes da ordem do dia de algum modo deixa uma nota clara de trabalho, uma nota de dedicação e uma nota de resultados. Disse que tirando uma ou outra intervenção que salientará, aquelas que foram as intervenções dos mais variados das bancadas e dos variados responsáveis denota uma forma de trabalhar que honra o Município, que o coloca numa nova forma e num estado de se poder trabalhar em conjunto, de forma agregada e de forma a apresentar resultados. E foi para isso que foram eleitos por uns partidos ou até por listas independentes para trabalharem e encontrarem resultados que interessem às pessoas. Disse que naturalmente com doze intervenções que não conseguirá responder a todas as matérias, mas que irá dar nota de alguns dos temas que foram salientados não os aprofundando mas dando um contributo que possa agregar e juntar mais alguma informação, porque existe um sentimento de equipa e trabalho coeso que deve ser salientado em diversos tipo de eventos.

Relativamente às Praias do Município de Caminha, disse o Senhor Presidente que nunca é demais salientar que o Galardão das Bandeiras Azuis existe há mais de vinte e seis anos, pela primeira vez na história, permitiu ao Concelho de Caminha ter quatro Bandeiras Azuis. Desde o primeiro momento o executivo entendeu que não se deveria relativizar esta questão. A Bandeira Azul não faz com que uma praia



Assembleia Municipal de Caminha

tenha qualidade, mas uma Bandeira Azul ou uma Bandeira de Ouro da “Quercus” simboliza, sinaliza e demonstra ao País e ao Mundo que aquelas Praias têm qualidade, regista e certifica, e desse ponto de vista coloca Caminha e as suas Praias em roteiros onde não estariam se não tivessem esse certificado de qualidade, e para que isto fosse possível, foi necessário um trabalho por parte da Câmara Municipal, sobre a liderança do Senhor Vice Presidente, mas não seria possível de todo sem a capacidade de trabalho das várias Juntas de freguesia envolvidas, dos trabalhadores da Câmara Municipal, da capacidade de se agregar o comércio naquilo que tem a ver com prestação de serviço ao longo do Verão e das entidades como as Autoridades Marítimas e as Autoridades ligadas à qualidade do ar e do ambiente, este é por isso um prémio de equipa que deve ser salientado e um prémio que certifica a qualidade e a capacidade do Concelho de Caminha.

Disse o Senhor Presidente que outro dos motivos que o leva a salientar esta capacidade de se trabalhar em equipa, tem a ver com os eventos de desporto que foram salientados. Disse que Caminha, abre-se cada vez mais à capacidade de atração através do espaço que tem, Espaço Rural, porque é um Espaço Natural de formas sublime e também o Espaço Urbano que tem condições, e está a ser melhorado para poder agregar várias tipos de provas. Salientou também a prova de BTT, organizada pela Associação Humanitária de Bombeiros de Vila Praia de Âncora com o apoio da Câmara Municipal, o Triatlo Longo organizado pela Associação de Triatlo de Caminha, também com o apoio da Câmara Municipal. De seguida disse que a próxima prova a realizar teria lugar no dia 13 de junho, uma vontade do Senhor Vereador Rui Teixeira, a qual será a primeira Meia Maratona Sunset, não há outra Maratona Sunset em Portugal, será a primeira em Caminha, e em Portugal.

Disse o Senhor Presidente que é neste patamar que Caminha se coloca, existe um trabalho de equipa, assombroso. Este trabalho de equipa, juntou as Associações, as Coletividades, as pessoas e todos aqueles que praticam desporto em Instituições e Associações do nosso Concelho, que ganham prémios em Portugal



Assembleia Municipal de Caminha

e para além de Portugal. Referiu também todo o trabalho que houve com cada uma das Juntas de Freguesia para se preparar a passagem destas provas, de forma eficaz, o que nem sempre isso aconteceu e nem sempre foi possível. Disse que se lembra da primeira prova de Triatlo Longo que criou problemas graves em várias Freguesias, pela incapacidade de organizar um roteiro com tempo preparado, cuidado, junto das pessoas para resolver esses problemas. Problemas que tiveram resolução em larga escala, e que este ano graças a esse trabalho de equipa, foram ultrapassados.

Relativamente à semana dos Direitos da Criança disse o Senhor Presidente que o trabalho que foi desenvolvido ao longo da semana dos Direitos da Criança e agregando também o trabalho que vem sendo desenvolvido na área da educação, nem sempre tem a visibilidade que merece esse trabalho, liderado pela Vereadora Ana São João, deve ser salientado também como um trabalho de equipa. Um trabalho que parte das vontades da Câmara Municipal, do Agrupamento de Escolas, dos professores, funcionários e dos próprios alunos e crianças que provocam e interpelam o Executivo para encontrar melhores soluções e uma melhor capacidade para discutir problemas das crianças e os problemas do nosso território; a CPCJ encontra soluções ao longo do ano e trabalha na capacidade de resolução dos problemas que existem ao nível de apoio às crianças e aos jovens, às Juntas de Freguesia e todos aqueles que trabalham em conjunto para encontrar soluções com as IPSS. Disse que este trabalho só é possível através da liderança personificada da Câmara Municipal pela Senhora Vereadora Ana São João, e também do grupo e da capacidade de se juntarem para se poder encontrar verdadeiras soluções; salientou a intervenção deixada pela Senhora Deputada Fernanda Viana, quando referiu que num ano letivo se consegue melhorar uma escola que há anos esperava por melhoramentos como é o caso da Escola Básica de Âncora, ou, de se fazer um edifício em contra relógio, para poder evitar que os meninos de Venade tenham que se deslocar para Moledo, ligando a isto uma política séria de apoio às famílias que consegue apoiar não só o transporte escolar



Assembleia Municipal de Caminha

durante o ensino obrigatório até ao décimo segundo ano, mas as famílias que nunca tiveram apoio no período de agosto, e agora existe em Caminha esse apoio. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Carlos Mouteira disse o Senhor Presidente que quanto à abertura de uma nova sala e que a Câmara Municipal a terá aberto, disse que sabe o Senhor Deputado que a Câmara Municipal não abre salas de aulas e sabe também que quem o faz é a DGESTE que escolhe abrir ou não mediante aquilo que lhe é proposto. No ano passado o Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha entendeu propor à DGESTE a abertura de uma sala. Apresentou à DGESTE um conjunto de alunos matriculados que daria para abrir essa sala, e a DGESTE entendeu abrir essa sala.

Relativamente a este ano o Senhor Presidente disse que tendo confirmado com a Senhora Vereadora referiu que até hoje não tem conhecimento se vai abrir ou fechar alguma sala, disse ainda que não sabe se foi apresentada a DGESTE alguma ideia, alguma sugestão, se houve alguma sugestão a partir do Concelho de Caminha ou das Instituições à DGESTE, pelo que não pode afirmar se vai abrir ou fechar alguma sala, e onde é. Disse ainda que como todos sabem o Senhor Diretor da DGESTE por ter defendido com prioridade, poder-se fazer obras de melhoramento na Escola Básica de Caminha Sidónio Pais, foi corrido pelo Governo, e portanto, neste momento está alguém que é diferente do Diretor e o executivo não tem nenhuma informação sobre essa matéria, pelo que relativamente a essa matéria convém ser claros sobre aquilo que cabe à Câmara e aquilo que cabe a outras Instituições, já que essa é uma matéria tão cara como aliás se viu pelas notas deixadas nesta sessão.

Relativamente ao Rally de Portugal disse o Senhor Presidente que percebeu por muitos dos Senhores Deputados das mais variadas bancadas e todos os envolvidos, pela unanimidade das intervenções dos cidadãos das Freguesias que o Rally de Portugal, foi uma boa iniciativa para o Concelho de Caminha, e que os estudos económicos são claríssimos quanto ao impacto económico que teve na economia e os estudos que tem vindo a ser realizados vão ser claros quanto aquilo que aconteceu em Caminha. Disse o Senhor Presidente que sabe bem o que esta



Assembleia Municipal de Caminha

matéria incomoda o PSD, que o sucesso incomoda. Incomoda! Porque o Governo logo que soube que o Rally de Portugal vinha para o Norte, retirou-lhe o apoio de um milhão de euros; disse que o PSD já todos sabem que tinha perdido o Norte, e neste momento perdeu-o mesmo, porque não quis saber aquilo que de facto interessa para a Região e durante sete anos apoiou o Rally de Portugal no Algarve com um milhão de euros. O Rally veio para o Norte e retirou-lhe esse apoio; o Rally esteve em risco de se realizar porque um milhão de euros é muito dinheiro; e aquilo que aconteceu foi que o Turismo Porto e Norte agregou cada um dos Municípios de modo a se apresentar uma candidatura aos últimos fundos comunitários que permitisse ir buscar esse milhão de euros. Disse o Senhor Presidente que Caminha, apesar de todas as dificuldades disse que sim e apresentou uma candidatura, e para se apresentar essa candidatura levou-se a reunião de Câmara a autorização para se poder colocar a parte do Município nessa candidatura, 25 mil euros, porque se não se apresentasse a parte do Município não teríamos Rally de Portugal em Caminha; apresentou-se a candidatura do valor que cabia ao Município e o PSD votou contra o Rally de Portugal, o executivo votou a favor e o Rally aconteceu, e esta é que é a verdade. Disse ainda o Senhor Presidente que vieram milhares de pessoas para Concelho de Caminha no dia e no dia anterior; que tiveram a capacidade de levar as imagens do Concelho a todo o Portugal e a todo o Mundo; que foi capa de jornal e evidência no "Sábado" sobre aquilo que foi a passagem do Rally de Portugal por Caminha; que foi distinguido na televisão como sendo o único Concelho que teve honras de reportagens em canais que não eram os canais que transmitiam o Rally de Portugal, como era a RTP1; que se teve a capacidade de juntar mais gente porque usufruímos de zona vip e com zonas de espetáculos maiores, mas, isso não interessa dizer ao PSD, e esta é que é a verdade. Disse o Senhor Presidente que disseram ainda que o tecido económico de Caminha não aproveitou o Rally de Portugal, ou, que não houve um trabalho bem feito por parte do Município, isso é, não saber nada sobre aquilo que se passou no Concelho. Porque estiveram milhares de pessoas que percorreram o nosso Município, milhares de pessoas que vão voltar porque vieram uma vez e



Assembleia Municipal de Caminha

gostaram. Disse ainda o Senhor Presidente relativamente à capacidade e ao impacto económico, que teve a oportunidade de estar em outras Freguesias mais afastadas do Rally e dizer: “Bem, vocês aqui não são tão favorecidos pelo Rally” e em resposta disseram que “Não diga isso Senhor Presidente, as pessoas que já vieram aqui comprar gelo, água...”; vieram também dizer que o Município não fez a sua parte quando o Município conseguiu que o Rally de Portugal viesse para Caminha; investir-se 25 mil euros naquilo que foi a candidatura que se fez ao QREN; investir-se 100 mil euros para arranjar os caminhos florestais que foram para o Rally mas que serviram para o combate a incêndios, porque dois ou três dias depois surgiu um incêndio em Dem que foi até Gondar, Orbacém e atingindo Riba de Âncora, já com resultados evidentes; Disse ainda que disseram que se investiu 300 mil euros, esses não sabe como, e de onde vieram. Disse também que vieram ao Concelho de Caminha dezenas de pessoas, passamos em todo o lado, e viram dizer que o Município de Caminha não fez a sua parte, isso é demais; dizer isto às Instituições e organizações que a partir das Juntas de Freguesias como Dem, Gondar e várias Associações que aproveitaram o Rally, porque a Câmara também trabalhou e colaborou com eles para poderem arranjar fundos e arranjar dinheiro para poderem fazer os seus investimentos e as suas atividades, é de facto, não perceber nada sobre aquilo que aconteceu no Concelho de Caminha. Disse por fim que é por isso que estão, absolutamente conversados sobre o desfasamento total da realidade do Concelho de Caminha, e que o executivo está centrado e concentrado em continuar a fazer o seu trabalho. Um trabalho que é, reconhecido pela população e que começa a ter um largo reconhecimento nesta Assembleia Municipal, e que fica feliz, e mais motivado em redobrar esforços para encontrar ainda mais soluções para o Concelho de Caminha.

O **Senhor Presidente da Mesa**, deu a palavra ao Senhor Deputado José Luis de Lima para a defesa da honra, lembrando que não pode ultrapassar dois minutos e terá de ser em defesa pessoal.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Vereador Flamiano Martins**, interrompeu o Senhor Presidente da Mesa e solicitou a palavra.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que teria que ser o Senhor Presidente da Câmara a conceder a autorização para o uso da palavra, uma vez que o Município é representado pelo Senhor Presidente.

O **Senhor Presidente da Câmara**, autorizou o uso da Palavra ao Senhor Vereador Flamiano.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, fez uma interpelação à mesa, e disse que o n.º 1 do art.º 30 do Regimento diz que “Sempre que um membro da assembleia considere, justificadamente, que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração pessoal pode, para se defender, usar da palavra, desde que a sua intervenção não tenha conteúdo ou carácter político, não podendo exceder, em todo o caso, dois minutos”, e referindo que não ouviu qualquer tipo de intervenção nesta sessão que fosse dirigida à honra ou consideração pessoal do Senhor Deputado José Luis para defesa da honra.

Quanto à intervenção dos membros da Câmara lembrou que o n.º 4 do art.º 23 do Regimento diz que “Os vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra, sem que o mesmo tenha conteúdo ou carácter político” também não lhe pareceu que tenha ouvido nada que pudesse infringir a questão que está colocada nesta norma.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que abstratamente o Senhor Deputado tem razão, mas não sabe aquilo que o Senhor Deputado José Luis vai proferir em defesa da honra, e a única coisa que pode fazer será retirar-lhe a palavra se não tiver nada a ver com a defesa da honra pessoal.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado José Luis Lima**, saudou todos os presentes e disse que não havia necessidade de tudo isto, até porque quem lhe ofendeu a honra foi precisamente o Senhor Deputado Manuel Falcão, quando disse que os deputados do PSD estavam contra o Rally, o que não é verdade porque o defendeu e foi sempre a favor do Rally.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, disse que tinha dito Deputados, mas corrigiu logo de imediato para Vereadores, o que lhe parece é que o Senhor Deputado não estaria atento.

O **Senhor Vereador Flamiano Martins**, saudou todos os presentes, agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara por lhe ter concedido o uso da palavra e disse que não votaram contra o Rally, votaram sim contra a inclusão de uma verba que consideram que não está a cumprir a Lei dos Fundos Disponíveis.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que deu a palavra ao Senhor Vereador para poder dizer aquilo que veio dizer, mas que não vale a pena ter eufemismos. Na reunião de Câmara em que se necessitava que fossem aprovados 25 mil euros, para se poder dar entrada com a candidatura, porque não se tinha capacidade para candidatar o Rally, os Senhores Vereadores do PSD disseram que a opção da Câmara era errada, que havia muita gente a passar fome. Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que o PSD faz, e fá-lo com alguma qualidade circense é refugiar-se atrás do voto contra por causa das questões dos fundos disponíveis que tem a informação toda possível. Disse ainda que votaram contra 90% das propostas da Câmara, referindo sempre que é por causa dos fundos disponíveis. Nesta matéria tiveram o cuidado de no debate de referir por várias vezes que não concordavam com alocação de este dinheiro, que havia outras prioridades e necessidades e votaram contra, e até se o Presidente não estivesse presente nessa reunião de Câmara onde teve que exercer do voto de qualidade para que a



Assembleia Municipal de Caminha

proposta passasse, não havia financiamento e não havia Rally de Portugal, porque se fosse pelo PSD não havia Rally, uma vez que foram sempre contra.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, solicitou direito de réplica, pediu desculpa por não cumprimentar, porque senão passar-lhe-ia o tempo a que tem direito e disse que nesta fase em que quase é necessário contratar um advogado para se perceber quem tem direito da defesa da honra, o que lhe parece é que existe um grande problema para que as pessoas se possam exprimir livremente. Disse ainda a Senhora Deputada que gostava de perceber expressões em como o PSD tem capacidade circense, uma vez que não sabe muito bem se os estão a chamar de palhaços, ou mesmo de animais ou outros bichos do circo. Mas o que lhe parece é este tipo de expressões não são próprias de um Presidente de Câmara e nessa medida não sabe até que ponto não poderiam lançar as questões da defesa da honra.

Disse ainda a Senhora Deputada quanto às opções políticas, que o Senhor Presidente explicitou nomeadamente na defesa ou não do Rally, que o Senhor Presidente tem toda a legitimidade para as considerar prioritárias e definir as suas estratégias de opção, se entende por bem gastar todo o dinheiro que gastou no Rally, esse é um problema da sua opção política. Aquilo que os Senhores Vereadores do PSD entenderam e com todo o direito, que essa não seria a opção política que eles tomariam, ou seja, não deveria vir aqui dizer que os Senhores Vereadores do PSD votaram contra e não explicar porque o fizeram, uma vez que há muito gente que nos está a ver em casa e também não concordam com a opção tomada pelo Senhor Presidente, que acham que todo o investimento feito no Rally não era prioritário para o Concelho de Caminha.

A Senhora Deputada disse por fim que se começa a convencer com toda a capacidade que este executivo tem de branquear tudo aquilo que foi feito, porque quando vê Deputados neste órgão com responsabilidade, fazerem intervenções parafraseadas e reforçadas pelo Senhor Presidente da Câmara, ao dizerem que pela primeira vez temos quatro bandeiras azuis no Concelho de Caminha, só pode



Assembleia Municipal de Caminha

ficar completamente surpreendida, pois se no passado a Praia da Gelfa não era acessível, não tinha obras infraestruturantes, apesar de possuir a melhor qualidade de água analítica, não tinha condições para ter bandeira azul. Pois durante muitos anos o Concelho de Caminha e mesmo com a gestão do PS só teve três bandeiras azuis e muitas das vezes duas, porque Vila Praia de Âncora não conseguia bandeira azul, porque o Rio Âncora era um monte de “esterco”, e mais uma vez disse a Senhora Deputada que o Senhor Presidente numa atitude pouco democrática e reforçando mais uma vez o espírito de equipa, branqueou completamente o esforço dos anteriores executivos, como por exemplo a obra do Parque Ramos Pereira que foi requalificar todas aquelas linhas de água e que se conseguiu que o Rio Âncora tivesse qualidade analítica na água e todos os requisitos necessários para conseguir bandeira azul, e os senhores não tiveram a coragem e honestidade política de reconhecer todo o esforço efetuado pelos anteriores executivos, para que assim se conseguisse obter as quatro bandeiras azuis no Concelho de Caminha.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que não era a segunda nem a terceira vez que o colocavam numa situação desagradável de ser interpelado por uma Senhora Deputada que depois sai da sala quando lhe vai responder às questões colocadas. De todo modo o Senhor Presidente disse, quer os Senhores Vereadores, quer os Senhores Deputados e público em geral merecem que possa dar uma justificação sobre essa matéria. Disse o Senhor Presidente sobre a utilização da expressão gesto circense por parte do PSD, que se referiu ao malabarismo de defenderem uma coisa e uma outra diferente dependendo do lugar. Sobre as carapuças que enfiam e as personagens que cada um entende ser, isso nada tem a ver com ele.

Quanto ao momento da confiança política, da assunção da bancada do PSD, de serem contra esta opção política do executivo, pensa que o debate termina e nada mais deve ser dito sobre essa matéria.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente às expressões utilizadas disse o Senhor Presidente que depois de hoje terem dito que tem uma postura política pouco séria, falta de maturidade e credibilidade política, que a verdade e seriedade foram arredadas do debate, sobre o estado de desrespeito que existe hoje no Concelho de Caminha, enfim, que convocam Assembleias, quando nem sequer tem essa competência, referiu que sobre essa matéria tudo foi dito e nada mais há para dizer.

Quanto à Bandeira Azul, o Senhor Presidente disse que o Concelho de Caminha tem pela primeira vez quatro Bandeiras Azuis e isso é uma realidade, e que o PSD teve a oportunidade de trabalhar para as ter, uma vez que desde 2011 a Praia do Forte do Cão possui Bandeira Azul e não o fez. Existe uma evidência que o PSD desistiu da Praia de Vila Praia de Âncora, porque se bem se recordam, quando havia uma exigência por parte da população de se trabalhar para se conseguir a Bandeira Azul, o PSD não a candidatou porque não o iam conseguir e era uma vergonha para o Município. Mas a persistência de este executivo, das associações, da Junta de Freguesia e trabalhadores conseguiu-se a Bandeira Azul para Vila Praia de Âncora, e vai ter a Bandeira de Ouro, porque quando se conseguir manter sucessivos anos a qualidade da água, que é um dos critérios exigidos, vai-se conseguir a Bandeira de Ouro. Agora aquilo que não se consegue é resolver os problemas anteriores, como a falta de qualidade da água, e que agora estão resolvidos.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, fez um pequeno intervalo para se passar à ordem do dia.

3.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves** saudou todos os presentes e deu início à sua intervenção, com a apresentação de Power Point:

“Relativamente às contas de gerência do ano de 2013, e em que V. Exa, só tinha responsabilidade de gestão de 3 meses!

Fez grandes apresentações e explicações, sobre as contas que não eram as vossas!

Mas agora:

No ano de 2014 com a vossa gestão ninguém do executivo defendeu as vossas contas, a vossa gestão!

O responsável pelo pelouro não defendeu as contas em sede nem nos locais próprios e acabou por fazê-lo através da imprensa!

Eventualmente porque é quem maior consciência tem do desastre financeiro para que caminha a Câmara Municipal de Caminha e fundamentalmente porque não tem convicção, para defender o que não é defensável!

Restou-lhe a opção de um artigo de opinião!!

Ao contrário do que afirma não poupa!

Tem um prejuízo enorme!

Adquire e contrata os serviços sem cumprir a Lei dos Compromissos!

"Empurra" a faturação desses serviços para os anos seguintes, num completo descontrolo financeiro!

Com este prejuízo, continua a gastar em festas e festinhas e não apoia as nossas Instituições e as nossas Freguesias!

Assina protocolos e atribui subsídios e depois não paga!

Falemos agora do Prazo Médio de Pagamentos:

Em 31-12-2013 o Prazo Médio de Pagamentos era de 98 dias;

Em 31-03-2014 o Prazo Médio de Pagamentos era de 115 dias;

Em 30-06-2014 o Prazo Médio de Pagamentos era de 139 dias;

Em 30-09-2014 o Prazo Médio de Pagamentos era de 164 dias;

Em 31-12-2014 o Prazo Médio de Pagamentos era de 293 dias;

É o Município pior pagador do Distrito e dos piores a nível Nacional!



Assembleia Municipal de Caminha

Quanto à informação financeira:

É tão grave a situação que aumentou o total de encargos assumidos.

Entre 31 de março de 2015 e 25 de maio de 2015 houve um aumento 1.076.302,14€.

É tão grave que em apenas dois meses aumentou mais de 1.000.000,00€!

E isto considerando que os valores relativos ao IMI já foram transferidos!

Sr. Presidente:

Qual o motivo do resumo de tesouraria não ter sido anexado à sua informação financeira?

Quer continuar a faltar à verdade aos Caminhenses?

Foi mais um lapso de digitalização!?

Falemos agora da dívida:

Em Fevereiro 2015 - 805.937.99€;

Em Março 2015 - 3.214.981€;

Em Junho 2015 - 4.291.193€;

Dados obtidos nas Informações Financeiras fornecidas pelo Presidente de Câmara.

Falemos agora das Assessorias e Comunicação:

Assessoria nas Áreas de Marketing e Comunicação Estratégica: Dignidade, Soc. Comunicação e Imagem, Lda., podemos ler na cláusula segunda que o presente contrato produz efeitos desde o dia 1 de Abril e tem à duração de 9 meses, automaticamente renovável por períodos de um ano, até ao limite de 3 anos. O segundo outorgante auferirá de uma remuneração mensal de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros) acrescidos de IVA à taxa legal aplicável.

Para além de faltar à verdade e debitar números que não são verdadeiros está a comparar assessorias com prestações de serviços relativos a publicidade e divulgação!

Não compare o que não é comparável!

Não minta mais aos caminhenses e não confunda para reinar!

Voltemos novamente as Assessoria nas Áreas de Marketing e Comunicação, que multiplicando 49.500,00€ por 3 anos dá um total de 148.500,00€, mais a Difusão de



Assembleia Municipal de Caminha

Publicidade no Setor do Desporto de 12 355,20 €, mais a Prestação de Serviços de apoio à comunicação de 25 852,00€ o que perfaz um total de 186 707,20€,

Afinal não poupa em publicidade!

Falemos agora da empresa Marcobrinde II, que foi adjudicado em 08-04-2015, impressão de Telas para Outdoors para o ano de 2015 no valor de 27.800,00€.

Afinal não poupa em publicidade!

Mas o referido contrato com esta empresa tem por objeto a prestação de serviços para a impressão de agendas culturais, como se pode verificar na primeira cláusula do contrato.

Entre 2014 e 2015 gastou em Publicidade e Propaganda cerca de 50 mil euros, numa empresa de Monção, nem sequer é uma empresa de Caminha! Como se pode verificar pelo resumo de tesouraria e no portal.

Não vale a pena continuar a falar do passado.

Não insista em justificar a sua incompetência com o passado porque no passado, a Câmara pagava a 83 dias!

E mais... Os números falam por si.

No ano 2012 e 2013 o executivo do PSD teve saldos positivos.

No ano 2014 o executivo do PS é um consequente de saldos negativos, onde se pode verificar nas Disponibilidades onde em fevereiro apresenta um saldo negativo de 724.34,43€, em abril 783.381,65€, em junho 997.699,46€, em setembro 1.671.903,54€ e em novembro 1.599.162,54€."

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que a informação financeira que lhes foi enviada para esta sessão contínua com um total de encargos assumidos e não pagos, resultantes de faturação de 4 milhões e quase 300 mil euros, e mesmo na anterior Assembleia Municipal já tínhamos um total de encargos assumidos e não pagos de 4 milhões de euros, o que significa que existe faturação de 2014 a ser empurrada para 2015. E porquê? Porque assim pode-se vir dizer que apenas existe um prejuízo de 1,7 milhões de euros e uma outra coisa e de ter que assumir que são 1,7 milhões de euros, mais 4 milhões de euros e está aqui a diferença.



Assembleia Municipal de Caminha

Referiu ainda o Senhor Deputado que na última Assembleia Municipal, na qual foram debatidas as Contas, gostou de ver como o executivo defendeu a sua Prestação de Contas, dizendo ao Senhor Presidente que a sua Prestação de Contas 2014 nada diz e mesmo após a votação vieram dois Deputados Municipais, o Senhor Deputado Manuel Falcão e o Senhor Deputado Rui Lages, que em declaração de voto, disseram que o executivo tinha conseguido em várias rubricas diminuir o valor, ou seja, fazer uma poupança, e foi desse modo que fizeram a sua defesa na Prestação de Contas. Disse então o Senhor Deputado que isto é a mesma coisa que ele ir fazer a apresentação das contas referente à sua habitação e nada dizer, e ir também a esposa e nada dizer e no final quem vai fazer a defesa das suas contas é um vizinho que vive 50 metros mais acima da sua casa e um outro que vive 50 metros mais abaixo, quer este exemplo dizer, que foi aquilo que se passou na última sessão da Assembleia Municipal, porque foi assim que o PS defendeu as suas contas. O Senhor Deputado disse que fez esta intervenção para que os Caminhenses tenham em atenção de quem temos como Executivo Socialista na Câmara Municipal.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que este ponto da ordem de trabalhos obriga à apreciação de um documento que acaba sempre por não ser nunca verdadeiramente apreciado. Disse ainda que na verdade permite tirar ilações absolutamente claras sobre cada uma das matérias, e mesmo apesar de toda a parafernália que foi colocada para a intervenção da Senhora Deputada Lilita Gonçalves, disse o Senhor Presidente que sobre estes ataques de faltar à verdade para com os Caminhenses, julga que já está na hora de se acabar com este tipo de acusações, deve-se fazer um debate político sério, sem esta mistura de acusações e ataques pessoais, porque até não é nada benéfico para o debate publico e mesmo para o PSD.

O Senhor Presidente disse ainda que este executivo gasta cerca de metade do que gastava o executivo anterior em marketing e publicidade e isso está claro nas contas apresentadas. Disse também que para se ter uma ideia, só no gabinete de



Assembleia Municipal de Caminha

comunicação da Câmara Municipal existiam 5 pessoas e agora apenas estão lá 2 pessoas a trabalhar, e existe assessoria a partir de empresas de comunicação que são elas que evidenciam de facto todo o nosso trabalho, no prestígio e na valorização do nome de Caminha, pelo que não vale a pena vir a esta Assembleia falar de empresas, as quais concorreram dentro das normas e todo o processo decorreu dentro da Lei, depois de se perceber aquilo que se gastou durante anos seguidos com empresas de publicidade e com os quadros da Câmara.

O Senhor Presidente disse que quando a Senhora Deputada Lilita vem dizer que o executivo não lhe anexou os mapas à informação financeira, referiu que o executivo cumpre a Lei, porque na informação que foi enviada consta o saldo e as dívidas a fornecedores, e colocou um exemplo com a apresentação em Power Point de um documento que o anterior executivo enviava, o qual era exatamente igual ao que agora é enviado, a não ser os valores, portanto, faz-se aquilo que sempre se fez no cumprimento da Lei.

Relativamente aos tempos médios de pagamento, disse o Senhor Presidente que já tinha referido vários tipos médios de pagamento a fornecedores entre os 200 e 300 dias, apesar de ele ter sempre alertado que os números que constavam dos mapas da DGAL estavam errados, porque estavam mal calculados. Disse ainda o Senhor Presidente que informaram a DGAL e foi obtida uma resposta através de um email o qual refere que "já tinham sido alterados os dados, pode retirar o prazo medio de pagamentos, o qual já terá o novo calculo e é um documento oficial da DGAL que atesta o pretendido, a listagem publicada no Portal só será substituída aquando da validação dos documentos de prestação de contas de todos os municípios" o que significa que o tempo médio de pagamento no 1.º trimestre de 2014 é de 115 dias, no 2.º trimestre de 2014 é de 133 dias, no 3.º trimestre de 2014 é de 108 dias e no 4.º trimestre de 2014 é de 106 dias. Por fim disse o Senhor Presidente que não são os 88 dias, são 106 dias, mas que também não são os 300 dias, portanto sobre este tema convém estar atentos, reafirmando o Senhor Presidente que já tinha tido o cuidado de avisar que os cálculos da DGAL não



Assembleia Municipal de Caminha

estavam corretos, pelo que se tem um prazo médio de pagamento de 106 dias, o qual é muito semelhante aquilo que deixou o anterior executivo.

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, solicitou um pedido de esclarecimento, o qual tem a ver com o email enviado na passada segunda-feira a solicitar ao Senhor Presidente da Mesa os anexos à informação financeira, porque tudo faria sentido nesta explanação apresentada pelo o Senhor Presidente da Câmara, referente à comparação com o passado, se não tivesse saído a Lei 75/2013 de 12 de setembro, onde diz a alínea c), do n.º 2 do art.º 25 que “compete à Assembleia Municipal, apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, a qual deve ser enviada ao Presidente da Assembleia Municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão” e no n.º 4 do art.º 35 da mesma Lei diz que “ Da informação prevista na alínea c) do n.º 2 do art.º 25 devem constar o saldo e o estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.”

Perguntou a Senhora Deputada ao Senhor Presidente se após ter saído esta lei; Se o Senhor Presidente não estava vinculado a esta lei? Disse a Senhora Deputada que o que lhe parece é que está a comparar o incomparável uma vez que no passado não era obrigatório por lei dar os pagamentos em atraso e agora é obrigatório, e que lhe parece que não vai ter de discutir este tema com um jurista. Pediu por fim a Senhora Deputada que lhe expliquem, porque umas vezes enviam os mapas anexos à informação financeira e outras vezes não o fazem, será porque lhes dá jeito! Solicitou ainda ao Senhor Presidente da Mesa que faça cumprir a lei, que todos os documentos cheguem a todos os membros da Assembleia, uma vez que a lei é explícita, e esses anexos eram fundamentais para a sua análise e intervenção nesta sessão da Assembleia Municipal.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que a Senhora Deputada tinha referido que não discutia com ele Economia, Finanças, mas também não deve discutir Direito.

E de seguida o Senhor Presidente leu que “da informação prevista na alínea c) do n.º 2 do art.º 25 devem constar o saldo e o estado das dívidas a fornecedores”, e essa informação é a que foi apresentada.

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, interrompeu o Senhor Presidente para que lê-se o artigo todo.

O **Senhor Presidente da Câmara**, voltou a ler o artigo perante a insistência da Senhora Deputada e acrescentou que onde refere o artigo que “as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado” que não era desta matéria que se está a falar, está-se a debater a informação financeira. O Senhor Presidente disse que a Senhora Deputada disse que o executivo escondia informação, que sonegavam informação, que deve ler a lei. O Senhor Presidente disse que já tinha lido a lei três vezes e que a Senhora Deputada ainda não tinha percebido que aquilo que se fez, foi cumprir a lei integralmente, chamando a atenção da Senhora Deputada que ela não sabe, que a lei nesta matéria não alterou nada, pelo que sobre este assunto nada mais à para dizer, porque se está a cumprir a lei na íntegra, a não ser que queira que se leia aqui o artigo até à exaustão.

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, solicitou à mesa para apresentar um requerimento que de seguida leu:

“Exmo Sr.

Presidente da Assembleia Municipal De Caminha

Lilita Maria Esteves Gonçalves, Membro da Assembleia Municipal de Caminha, vem respeitosamente requerer que V.Exa., solicite ao órgão executivo deste



Assembleia Municipal de Caminha

Município, o cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º e n.º 4º do artigo 35º, da Lei 75/2013, de 12 setembro, para o efeito:

- Relação dos encargos assumidos e não pagos até à data de 25/05/2015, onde seja possível aferir o saldo e o estado das dívidas a fornecedores e as reclamações;
- Recursos hierárquicos;
- Processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado"

b) – Aprovação da Ata da Sessão ordinária de 20 e 24 de abril 2015

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 20 e 24 de abril 2015**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, felicitou a mesa pela ata porque transmite na íntegra o que se passou na sessão da Assembleia Municipal.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que essa felicitação é extensiva à mesa e à Anabela.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 28 votos a favor, 0 votos contra e 6 abstenções por não terem estado presentes.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

c) – Regulamento do Orçamento Participativo de Caminha, o montante de 180.000,00 Euros como Orçamento Global e o Calendário para a Edição de 2015

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de maio de dois mil e quinze, relativa ao **“Regulamento do Orçamento Participativo de Caminha, o montante de 180.000,00 Euros como Orçamento Global e o Calendário para a Edição de 2015”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento do Orçamento Participativo de Caminha, o montante de 180.000,00 Euros como Orçamento Global e o Calendário para a Edição de 2015”.

O **Senhor Deputado Jorge Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:

“A CDU vota contra esta proposta de regulamento de orçamento participativo por considerar que não está ajustada à realidade portuguesa, onde existe uma organização democrática que permite um contacto direto muito próximo das populações - a Freguesia. No Concelho de Caminha essa é uma realidade bem conhecida da população, com autarcas das Freguesias que mantêm um contacto de grande proximidade e procuram uma participação efetiva e não apenas formal. Não para convencer os outros do que já se decidiu, mas para procurar incorporar nas decisões a tomar as contribuições e opiniões recolhidas. Uma participação envolvendo dois sentidos - o que se comunica e apresenta; o que se ouve e recolhe.



Assembleia Municipal de Caminha

Lutamos por uma participação acessível e simplificada, dirigida e orientada para promover a participação dos que primeiro se sentem excluídos e não condicionada ou determinada apenas pelos que têm mais informação, mais conhecimentos, mais poder reivindicativo.

A participação e o desenvolvimento da democracia participativa não é separável das opções de classe, dos valores dominantes, das opções políticas. Não é possível deixar de observar que a ofensiva no plano económico se traduz em empobrecimento democrático. Por exemplo, esvaziar de competências os órgãos autárquicos, alienar competências ou privatizar serviços públicos, fatores que concorrem para a redução dos mecanismos de participação, de afastamento das populações das políticas públicas, dificilmente são compatíveis com as proclamações de apego à participação por via dos Orçamentos Participativos. Assim propomos que o PS retire a proposta e em vez disso, convide as Juntas de Freguesia a apresentar cinco ou seis prioridades para o orçamento do próximo ano. Muitas das vezes é invocado a falta de recursos financeiros para realizar as obras nas freguesias. Como se entende então que, afinal, haja 180 mil euros para projetos que pessoas apresentem no âmbito do chamado orçamento participativo? Ou será apenas para criar ilusões e desviar a tenção da falta de recursos para responder a problemas graves e enormes carências das populações?"

O Senhor Deputado Rui Taxa, deu início à sua intervenção:

"Esta proposta personifica na perfeição a estratégia de show-off a que o Senhor Presidente já nos habituou!

Show-off, semelhante ao Provedor, com o devido respeito pela pessoa envolvida que muito estimo!

Show-off com as sucessivas promessas que não passam disso promessas!

Desde logo porque não faz qualquer sentido a apresentação desta proposta, neste momento! A ser séria e credível teria de ser apresentada em sede e no tempo de elaboração do Orçamento e PPI (Plano Plurianual de Investimentos).



Assembleia Municipal de Caminha

Faz algum sentido trazer uma proposta de Orçamento participativo para 2015 a meio do próprio ano 2015?!

Trata-se sem dúvida de uma proposta extemporânea, sem nenhum rigor que não seja criar mais uma falsa expectativa, mais um conjunto de anúncios públicos e propagandas, para alimentar e preencher os espaços do vazio que foi criado no Concelho, e uma manobra de diversão para distrair dos sucessivos infortúnios e más organizações, como foram nestes últimos dias, o caso do Dia da Criança!

Se não é uma manobra de diversão é pior que isso é pura manipulação, o que é grave!

Infelizmente já nos habituaram à atribuição de subsídios e apoios às Associações que não passam do papel, porque não têm os procedimentos prévios cumpridos e não têm os meios e compromissos financeiros para proceder ao pagamento! Mas criam a expectativa e condicionam a sua livre e espontânea atuação!

V. Exas, utilizam esta estratégia política para pressionarem, manipularem e controlarem as Associações, com rédea curta, senão não recibes o subsídio, e o pior é que não recebem mesmo! Só se, se "portarem bem"!

Mas se tal estratégia acontece com as Associações do Concelho infelizmente acontece também com as nossas freguesias!

V. Exa, vem falar de orçamento participativo e não paga o que deve às Juntas de freguesia!

1- Só 7 freguesias receberam dinheiro!

2- Das tão badaladas centenas de euros, e aumentos de percentagens fictícios, só foram efetivamente transferidos para as Juntas de Freguesia, 120.000,00 €!

3- Os acordos de execução para este ano ainda não estão aprovados!

Ou seja, as Juntas de Freguesia estão atoladas de competências e sem dinheiro!

O Senhor não potencia e não cumpre com os seus parceiros naturais- os Senhores Presidentes de Junta e entretém-se e quer-nos entreter com orçamentos participativos, grupinhos de trabalho, e mais uma vez em vez de políticas de desenvolvimento e trabalho para o Concelho o Senhor propõe mais política de marketing e comunicação, no que aliás é especialista!



Assembleia Municipal de Caminha

Pois Senhor Presidente, se esta proposta é séria o PSD, propõe-lhe que utilize esse dinheiro de imediato, para:

- 1- Pagar às Juntas de Freguesia o que lhes deve;
- 2- Investir no alargamento para 10 dias de eventos como a Festa da Sardinha e a Feira Medieval, que trazem retorno económico para o Concelho;
- 4- Apoiar financeiramente Instituições do nosso Concelho que estão a passar por sérias dificuldades, como a Casa do Povo de Lanhelas, o Patronato, a Ancorensis, ou Centro de Acolhimento Benjamim de Seixas!

Deixe-se de show-offs e manobras de diversão e governe para as pessoas e a pensar nas pessoas!"

O **Senhor Deputado Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Municípes e a Comunicação Social, e disse que:

"Debatemos neste ponto da ordem de trabalhos o Orçamento Participativo de Caminha.

O Orçamento Participativo é uma estratégia que tem como objetivo aprofundar a ligação da autarquia com os seus municípes, inspirando-se nos valores da Democracia Participativa.

No processo de Governação local é essencial que os cidadãos intervenham de uma forma ativa, responsável e dinâmica.

Pois bem, o Partido Socialista congratula-se e felicita o Executivo por tornar realidade o Orçamento Participativo de Caminha. Esta foi uma bandeira eleitoral do PS e, é com grande satisfação que vemos mais esta promessa cumprida.

O Orçamento Participativo:

- 1 - Incentiva o Diálogo;
- 2 - Contribui para a Educação Cívica;
- 3 - Adequa as Políticas Públicas às necessidades Municipais;
- 4 - Aumenta a transparência da atividade Autárquica.



Assembleia Municipal de Caminha

No âmbito de processos de participação e de abertura à sociedade, foi com este Executivo, liderado por Miguel Alves, que se criaram as Reuniões de Câmara Descentralizadas, fomentou-se o atendimento aos munícipes, criou-se o Provedor do Município, transmite-se em direto e on-line as Assembleias Municipais, está em vias de ser implementado o Conselho Municipal de Juventude... Caras e Caros Munícipes, o nosso Concelho respira democracia, o nosso Concelho transpira liberdade!

Mas, o modelo de Orçamento participativo que nos é aqui proposto é um modelo único. Quando digo único quer dizer que é inovador, não existindo no mundo um caso semelhante, isto porque, o valor a afetar ao Orçamento Participativo virá da receita arrecadada em termos de IRS no Concelho. Todo o IRS pago no concelho de Caminha que reverte a favor do Município é agora canalizado para o investimento que as pessoas decidirem fazer. Não é o Presidente que decide como utilizar o IRS arrecadado pela Câmara. Nem sequer é esta Assembleia Municipal. Serão as pessoas a decidirem onde e o que fazer com o imposto que pagam e fica em Caminha. Temos pela primeira vez um momento em que são os cidadãos que decidem o que fazer com o seu dinheiro.

O executivo vai mais longe propondo que em cada Orçamento Participativo possam ser escolhidas três propostas do conjunto apresentadas, para assim, não beneficiar uma dada freguesia em detrimento de outra. Mais uma vez, tenta-se cumprir o princípio da igualdade e justiça nos territórios.

O Orçamento Participativo 2015 terá uma verba global de 180 mil euros, sendo que cada projeto não deverá exceder os 60 mil euros, por forma a garantir que se realizem mais do que um projetos.

Senhor Presidente,

O Partido Socialista, alinhado com a maioria do Executivo votará favoravelmente esta proposta - ao contrário da posição assumida pelos Senhores Vereadores da oposição que se abstiveram.

Louvamos a iniciativa, congratulamos o Executivo, felicitamos o Sr. Presidente Miguel Alves, por respeitar aquela que foi a vontade dos munícipes caminhenses



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

que sufragaram por larga maioria o programa do PS. (o mesmo programa que hoje aqui trago e que deve servir de guião orientador das políticas do nosso executivo).

Disse ainda o Senhor Deputado Rui Lages que este mesmo guião que aqui trás, este que foi sufrágio e os cidadãos de Caminha escolheram tem como título propostas para promover proximidade, participação e um novo modelo de governação, como a:

- criação do orçamento participativo, pasme-se é contra;
- criação de reuniões descentralizadas, cumprimos;
- debates públicos , já aqui os tivemos;
- criação do Provedor do Município, já aqui foi aprovado e está em funcionamento.

Disse ainda o Senhor Deputado que não sabe qual o espanto em tudo isto e terminou a dizer que, sim, porque as promessas são para cumprir. Porque a vontade do povo é para ser respeitada.”

O Senhor Presidente da Câmara, disse que a intervenção do Senhor Deputado Rui Lages explicou bem e de uma forma cristalina aquilo que está em causa.

Saudou o Senhor Deputado Jorge Alves que foi exprimir uma posição de centralismo democrático, onde reconhece o Senhor Presidente que na CDU e no Partido Comunista Português não pactua bem com esta abertura à cidadania, à participação mais direta dos cidadãos, não deixando de recomendar ao Senhor Deputado que ele foi aprendendo com a experiência, e deu-lhe como exemplo o orçamento participativo da freguesia de Carnide, que foi uma das pioneiros e sendo ela da CDU, com o seu Presidente Paulo Quaresma, mostrando um sinal claro da CDU de demonstrar alguns momentos de abertura, e com esta senda de abertura provavelmente ainda poderão vir a estar juntos em alguns projetos.

Relativamente à intervenção do PSD, agradeceu o Senhor Presidente a intervenção feita uma vez que reflete bem a postura do passado e presente do PSD. Disse ainda o Senhor Presidente que o PSD seria favorável ao orçamento participativo, desde que fosse o PSD a escolher, que é típico e o foi durante anos, pelo que este fechamento joga mal com a capacidade de abertura que tem havido.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse também o Senhor Presidente que tudo isto é muito simples, pois este projeto trata-se de abrir a gestão pública à sociedade, a participar e de tornar as escolhas mais transparentes, de chamar os cidadãos que estão cada vez mais afastados da política para o centro de algumas decisões. Disse ainda que esta opção não exclui nenhuma outra, a Câmara e a Assembleia Municipal continuarão a deliberar sobre as suas competências; os cidadãos colocaram as suas opiniões e reclamações junto da Câmara, da Assembleia Municipal e nas reuniões descentralizadas, porque o que se pretenda agora fazer é complementar esta forma de atividade, dando a palavra ao cidadão, e não é uma palavra consultiva, o cidadão vai dizer o que se deve fazer no seu Concelho, essa matéria será alvo de escrutínio, e quem votará são os cidadãos, são eles que vão escolher as medidas que devem ser implementadas, mesmo que a Câmara não aprove, porque é com o financiamento dos seus impostos.

Disse ainda o Senhor Presidente que como todos sabem o IRS é pago de acordo com os seus rendimentos, e uma fatia de esse imposto é deixado em cada Município até ao limite de 5%, esse valor vai ser entregue às pessoas para que decidam onde deve ser aplicado, não vai substituir a Câmara, esta continuará a fazer as suas opções com o agrado ou desagrado naturalmente dos cidadãos, e a isto chama-mos cidadania.

Disse também o Senhor Presidente que disseram que os Senhores Presidentes de Junta, não recebem dinheiro, que se está a apertar o "gasganete" às Associações e Instituições de Solidariedade Social, porém sobre esta matéria não há grandes parangonas. Disse que os Senhores Presidentes de Junta trabalham há ano e meio com o executivo, e sabem que não lhes podemos dar mais, porque não temos capacidade financeira para dar resposta à totalidade das suas solicitações, havemos de encontrar soluções, e todos eles sabem que este executivo desde que tomou posse, já pagou às Juntas de Freguesia cerca de meio milhão de euros, e disse à Senhora Deputada Júlia Paula que se podia estar a rir, porque parte de esse valor foi ela que o prometeu e foi ele que o teve que pagar.



Assembleia Municipal de Caminha

Por fim disse o Senhor Presidente que estão a mobilizar todas as energias para poder ajudar as Juntas de Freguesia e as Instituições, e fá-lo com rigor nas contas, para se poder em cada ano arranjar mais recursos para as ajudar, e na verdade não está a dizer isto para os Presidentes das Juntas porque todos eles já o sabem, está sim a dizer para aquelas pessoas que se podem deixar levar por estes contos de sereia. Pelo que estão a misturar toda esta situação, a capacidade que se tem de trabalhar, de investir nas freguesias, com a possibilidade do papel de escolha, que se dá às pessoas, porque se está a cumprir com o programa eleitoral.

Disse ainda o Senhor Presidente que tinha recomendado ao Senhor Deputado Jorge Alves que pudesse aferir da experiência do PC em Carnide, não deixando de recomendar também aos Senhores Deputados do PSD que possam aferir de experiências largas de Câmaras Municipais do PSD, nomeadamente a de Cascais, a qual foi premiada como possuindo o orçamento participativo mais válido do País, uma Câmara PSD que percebeu ao contrário dos Senhores Deputados do PSD de Caminha, que de facto o mundo pula e avança e que nos temos que adaptar as contingências de esse mundo. Disse por fim que se nos abrímos e tivermos a inteligência de perceber que a participação dos cidadãos, a sua opinião, a sua escolha conta para construir território, aí sim existe uma maior capacidade de agregar a comunidade de se fazer melhor aquele que é o nosso trabalho.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez uma interpelação à mesa e chamou a atenção o Senhor Presidente da Mesa para que no exercício da sua Presidência que o considera exemplar e isento e que não tem nada a apontar em termos pessoais, para que houvesse alguma contenção nos comentários que o Senhor Presidente da Câmara faz no exercício da palavra à sua pessoa. Disse ainda que já tinha referido que não tem culpa de estar sentada perto do púlpito. Também referiu que não fica bem, fazer comentários nas suas costas das vezes que se ausenta da sala, ou de quando se ri, ou mesmo, quando troca impressões com os seus colegas de bancada. Disse ainda a Senhora Deputada que se quisesse ser irónica e brincalhona, diria quase que anda a ser perseguida. Solicitou então ao



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente da Mesa para que no exercício da sua Presidência, também fizesse sentir ao Senhor Presidente da Câmara, alguma contenção da forma como ele se dirige aos Senhores Deputados. Disse por fim a Senhora Deputada que tem legitimidade para estar sentada naquele lugar e que ele tem o dever de respeitar as pessoas que ali estão, uma vez que não tem culpa da sua proximidade.

O **Senhor Presidente da Mesa**, tomou em consideração o pedido da Senhora Deputada e disse que este apelo era extensível a todos os Senhores Deputados. Disse ainda o Senhor Presidente da Mesa que já tem ouvido naquele órgão vários “insultos” e várias “calúnias” e entende que se deveria respeitar a palavra quando estão a falar as pessoas, pediu para terem mais tento na língua, que não digam coisas que depois se possam arrepender.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 1 voto contra e 9 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez a seguinte declaração de voto, dizendo que, não obstante a estranheza pelo facto de que o PSD aqui representado tenha sido atacado, como se abstenção fosse um voto contra e para quem votou contra tenha sido quase premiado por ter votado contra. Disse ainda que o PSD absteve-se nesta proposta porque entende que a legitimidade democrática da eleição dá o direito a este executivo e ao Senhor Presidente de se entender votar realmente, se poder votar um orçamento participativo. Disse que votaram com o benefício da



Assembleia Municipal de Caminha

dúvida da seriedade da proposta, e aquilo que não conseguiu entender o PSD é que tenha apresentado de imediato algumas propostas, até para início de discursão e tenha sido tão mal interpretado. Por fim disse que o voto do PSD é no sentido do benefício da dúvida e da legitimidade que o executivo tem para implementar as suas políticas com a maioria que o povo lhe atribuiu.

d) – Abertura do Procedimento do Concurso Público Internacional para Fornecimento de Gás Propano/Natural a Granel para as Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de maio de dois mil e quinze, relativa a **“Abertura do Procedimento do Concurso Público Internacional para Fornecimento de Gás Propano/Natural a Granel para as Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim, e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a abertura do procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda a prévia autorização para a “Abertura do Procedimento do Concurso Público Internacional para Fornecimento de Gás Propano/Natural a Granel para as Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e disse que:

“- No que concerne ao Processo de Concurso e:

Consultados os elementos em anexo que fazem parte desta proposta, mais uma vez é chocante a forma pouco cuidada na instrução de um processo de concurso com a envergadura de um concurso internacional. Para quem se diz competente e constantemente desdenha da competência dos que o antecederam, nos tempos e



Assembleia Municipal de Caminha

com a tecnologia ao dispor, fazer chegar aos respetivos órgãos para apreciação, um processo instruído com contas feitas à mão, à moda de mercearia, não é nem admissível, nem justificável.

-No que concerne ao objeto do concurso: fornecimento de gás propano:

A tecnologia e a oferta de soluções está constantemente a evoluir e mandaria o bom senso que nestes dois anos se tivessem estudado, soluções melhores do ponto de vista energético e mais rentáveis do ponto de vista financeiro para este tipo de equipamento.

Teria valido a pena esse esforço, ao invés de mais um concurso visivelmente mal preparado e mal instruído, e também não vale a pena constantemente escudarem-se em desculpas sucessivas, até com os funcionários, pois estes executam ordens e são orientados pela política que o executivo escolhe e implementa!

Claramente nos demarcamos desta forma de proceder, desta forma de gerir e mais uma vez a responsabilidade política, quer quanto à opção técnica, quer quanto ao custo é da vossa inteira responsabilidade.”

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) – Designação dos Elementos de Júri para os Procedimentos Concurais dos Cargos Dirigentes

[Handwritten signature and initials in blue ink]



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de maio de dois mil e quinze, relativa à **“Designação dos Elementos de Júri para os Procedimentos Concursais dos Cargos Dirigentes”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do n.º1 do art.º13 da Lei 49/2012 de 29 de agosto, compete à Assembleia Municipal designar sob proposta da Câmara Municipal o Júri de Recrutamento dos Cargos Dirigentes, **propõe-se** que este órgão deliberativo delibere aprovar a “Designação dos Elementos de Júri para os Procedimentos Concursais dos Cargos Dirigentes”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e disse que:

“Mais uma vez se retira desta proposta que o Sr. Presidente da Câmara de Caminha não cumpre os procedimentos legais!

A 24 de setembro de 2014 o Sr. Presidente proferiu um despacho no qual determina que sejam assegurados, em regime de substituição por urgente conveniência de serviço, dois cargos dirigentes: um para Chefe de Divisão de Finanças e Administração e outro para Chefe de Divisão de Ambiente, Economia e Serviços;

Na verdade os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, e até aqui tudo bem.

Acontece que essa substituição cessa na data em que o titular retome funções ou passados 90 dias, salvo se estiver em curso procedimento tendente à designação de novo titular!

Bom, Sr. Presidente, feitas as contas e considerando a contagem de prazos prevista no Código do Procedimento Administrativo, isto é, dias úteis, a partir de 03 de fevereiro de 2015 as substituições cessaram!

Contudo, é público que os trabalhadores continuaram até a data de hoje, a exercer e assinar documentos como Chefes de Divisão e que não há qualquer procedimento em curso;



Assembleia Municipal de Caminha

Para além de terem deixado expirar o prazo de lei, V. Exa., assinou um despacho de prorrogação de prazo da designação das substituições! Por sinal despacho sem qualquer numeração e com data de dezembro de 2014! Como nós próprios pudemos constatar quando, depois de muita insistência, fomos analisar o documento.

Quando é que a colocaram lá? Em fevereiro? Quando os vereadores do PSD alertaram para a gravidade da situação? Sr. Presidente é esse o motivo pela qual o despacho não é numerado?

Esta situação é grave! A ultrapassagem dos prazos previstos na lei para o regime de substituição faz "cair" a comissão de serviço e obriga os visados a retornarem ao seu estatuto de base e ao vencimento de origem!"

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 8 votos contra e 3 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de voto:

- “- Considerando o estabelecido na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto - Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais;
- Considerando o estabelecido na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro -Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública;
- Considerando que a designação em regime de substituição cessou em 03 de fevereiro de 2015;
- Considerando que apenas seria possível prorrogar o prazo da designação em regime de substituição mediante procedimento concursal em curso;



Assembleia Municipal de Caminha

- Considerando que a condição "salvo se estiver em curso procedimento tendente à designação de novo titular" se verifica apenas após publicação integral de procedimento concursal na 2.ª série do Diário da República e Publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP) durante 10 dias;
 - Considerando que a ultrapassagem dos prazos previstos na lei para o regime de substituição faz "cair" a comissão de serviço e obriga a visada a retornar ao seu estatuto de base e ao vencimento de origem!
 - Considerando que as consequências desta atuação podem ser graves e trazer prejuízos para os próprios trabalhadores;
- Votamos contra esta proposta."

f) – Concessão de Utilização de Um Espaço Público, Destinado a Atividades Recreativas, em Vila Praia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de junho de dois mil e quinze, relativa à **"Concessão de Utilização de Um Espaço Público, Destinado a Atividades Recreativas, em Vila Praia de Âncora"**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea p) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a "Concessão de Utilização de Um Espaço Público, Destinado a Atividades Recreativas, em Vila Praia de Âncora".

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, deu início à sua intervenção e disse que:

"Tendo reunido com o meu executivo para analisarmos esta proposta do concurso de concessão de espaço público vota esta Junta de Freguesia favoravelmente



Assembleia Municipal de Caminha

tendo em conta que este tipo de equipamento já se tornou numa marca turística da nossa Freguesia.

Porem, achamos que este assunto perde por tardio, porque já deveria estar resolvido, por estarmos muito próximos da época balnear.

Sobre a área a ocupar, não achamos que seja espaço suficiente para o tipo de equipamentos a utilizar, visto que estando muitos carrinhos em atividade poderá levar à confusão.

Alertamos também para a degradação do piso já existente, visto que com a utilização da atividade haverá ainda um maior desgaste, no espaço restrito.”

O Senhor Deputado Rui Taxa, deu início à sua intervenção e disse que:

“Da análise dos documentos enviados nesta proposta retiram-se de imediato três conclusões óbvias:

1- Este processo esteve literalmente "encostado" desde Fevereiro! Pura inércia! Incompreensível e injustificável!

2- Esta atuação revela a forma a incúria e o desinteresse quer para com Vila Praia de Âncora, quer para com os operadores, empresários e eventuais interessados neste concurso;

3- Na verdade, para além de ter sido criada expetativa, mais uma que não tem retorno em tempo útil, não revelam preocupação pelos encargos inerentes a estas atividades que os operadores têm de suportar, e privam Vila Praia de Âncora de poder estar já a proporcionar esta oferta e com isso trazer mais visitantes, descuidando e prejudicando também os interesses económicos e legítimos de Vila Praia de Âncora

Não bastasse tudo isto que acabo de referir, V. Exas., mais uma vez e num total desrespeito por este órgão, não cumprem o Regimento, nomeadamente, no seu art.º 190 e mais uma vez, não enviam a documentação dentro dos prazos e da Lei. Mais grave, consubstanciam a vossa inércia num parecer jurídico quase despótico, na medida que assenta em pressupostos de garantia de maioria, que retiram



Assembleia Municipal de Caminha

qualquer livre iniciativa e democrática de discussão e eventual alteração e melhoria das propostas apresentadas!

Não sei para que nos damos ao trabalho de as discutir e votar! Nem é necessário garantir prazos, não esquecer documentos na gaveta, ou ter cuidado, nas folhas documentos ou emails que se remetem aos vereadores e ou deputados, para quê?! Temos maioria!

Para nós que não fazemos parte dessa maioria, esta atuação baseada nestes pareceres, não nos cria qualquer problema, pois não compactuamos e sempre denunciaremos esta atuação pouco transparente e pouco democrática.

A maioria que vota favoravelmente as vossas propostas é que tem de refletir se, se sente confortável com votações consubstanciadas neste tipo de pareceres que quase nos dispensam, e como nas palavras do Sr. Presidente pareceres há muitos e são como os chapéus, feitos à medida, deve ser este o caso!

Naturalmente que o PSD teria o direito de exigir a retirada desta proposta, mas há uma coisa que o PSD não tem o direito e nem faz, que é prejudicar ainda mais os legítimos interesses dos interessados e de Vila Praia de Âncora e, só nesse pressuposto e com esse sentido de elevação iremos viabilizar a proposta de Abertura de Concurso que já peca por tardia.

Mas para além de não podemos mais uma vez deixar de nos demarcar desta forma de proceder queremos deixar bem claro que:

- quer a delimitação do novo espaço;
- quer a decisão de entrega da Concessão é da inteira responsabilidade de V. Exas!"

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, disse que se torna necessário enaltecer todo o trabalho do executivo de organizar um espaço e de uma vontade séria de resolver problemas em Vila Praia de Âncora, neste caso em concreto. Disse ainda o Senhor Deputado que quando houve a palavra "inercia", pensa que não está de



Assembleia Municipal de Caminha

regresso ao passado, porque no momento existe dinâmica e força, pelo que deu os parabéns ao Senhor Presidente pela resolução de todos estes problemas.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 9 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, e declarou encerrada a Sessão, quando eram 00H42M, do dia 05 de junho de 2015, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário,

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária,

(Sónia Lajoso)

O Presidente,

(Luís Augusto Pestana Mourão)